



# PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2022

Documento aprovado em 13/09/2021



# ÍNDICE

ÍNDICE .....	2
ÍNDICE DE QUADROS .....	3
LISTA DE ANEXOS .....	3
1. ENQUADRAMENTO .....	4
1.1 Apresentação da Empresa .....	4
1.2 Missão, Visão e Valores .....	4
1.3 Estrutura Orgânica da Empresa .....	6
2. ESTRATÉGIA, OBJETIVOS E METAS .....	7
2.1 Estratégia .....	7
2.2 Objetivos .....	8
2.3 Metas de Médio-Prazo .....	8
2.4 Metas de Curto-Prazo .....	8
3. PRESSUPOSTOS DE REFERÊNCIA.....	10
3.1 Enquadramento Macroeconómico.....	10
3.2 Pressupostos financeiros e princípios gerais para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão .....	11
3.3 Enquadramento no Programa de Governo .....	12
3.4 Enquadramento no Orçamento de Estado.....	13
4. ATIVIDADES E RECURSOS 2022 – 2024.....	14
4.1 Atividades a Desenvolver .....	14
4.1.1 Atividades correntes.....	14
4.1.2 Interfaces e integrações funcionais .....	14
4.1.3 Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra.....	15
4.1.4 Estudos, projetos, concursos e fornecimentos .....	16
4.1.5 Serviços Rodoviários Alternativos .....	18
4.1.6 Comunicação e Marketing.....	18
4.2 Investimentos a realizar .....	20
4.3 Evolução dos Recursos Humanos .....	20
4.4 Evolução dos Recursos Financeiros .....	24
4.5 Análise dos Indicadores de Gestão .....	31

## Índice de Quadros

Quadro 1 - Cenário macroeconómico.....	10
Quadro 2 - Evolução do Investimento .....	20
Quadro 3 - Quadro de Pessoal .....	21
Quadro 4 - Custos com Pessoal .....	22
Quadro 5 - Evolução marginal dos encargos anuais com as novas admissões.....	22
Quadro 6 - Encargos com a Administração e Órgãos Sociais.....	23
Quadro 7 - Encargos com Recursos Humanos e Equiparados.....	23
Quadro 8 - Fontes de Financiamento na Ótica da Contabilidade Financeira.....	24
Quadro 9 - Fontes de Financiamento na Ótica da Contabilidade Orçamental.....	24
Quadro 10 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Financeira .....	25
Quadro 11 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Orçamental .....	26
Quadro 12 - Gastos por Centros de Custos .....	26
Quadro 13 - Orçamento de Exploração.....	27
Quadro 14 - Evolução dos Custos com Pessoal, FSE e Volume de Negócios.....	28
Quadro 15 - Despesas de Funcionamento.....	29
Quadro 16 - Discriminação dos FSE em 2023.....	29
Quadro 17 - Encargos com a frota automóvel.....	30
Quadro 18 – Evolução do Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais.....	31
Quadro 19 - Evolução Comparada do IOEGG, dos Custos com Pessoal e FSE.....	32

## Lista de Anexos

Anexo A – Parecer do Revisor Oficial de Contas

Anexo B – Declaração de Conformidade (Anexo XI da DGO)

Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais

Anexo D – Linhas de Investimento

Anexo E – Mapa de Pessoal Aprovado pelo Senhor S. E. das Infraestruturas

Anexo F – Autorização para utilização do IOEGG como indicador de eficiência operacional

Anexo G – Estimativa de Encargos imputáveis à gestão da Pandemia do vírus SARS-Cov-2

Anexo H – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito das novas admissões

Anexo I – Autorização para admissão de 4 trabalhadores no exercício de 2021

# 1. Enquadramento

## 1.1 Apresentação da Empresa

A Metro-Mondego, S.A. [MM], é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constituída por escritura pública a 20/05/1996. De acordo com os Estatutos, constantes do anexo II ao Decreto-Lei n.º 10/2002, de 24 de janeiro, as participações dos acionistas da Metro-Mondego no seu capital social compreendem o Estado, que detém a maioria do Capital Social (53%), os Municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã (com 14% cada), a Infraestruturas de Portugal, S.A. (2,5%) e a CP - Comboios de Portugal, E.P.E. (2,5%).

Através do Decreto-Lei n.º 10/2002, alterado pelo Decreto-Lei n.º 226/2004, o Estado atribuiu à MM a concessão, em regime de serviço público, da exploração de um sistema de transporte nos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, designado Sistema de Mobilidade do Mondego [SMM]. Segundo o mesmo diploma, cabe ainda à MM a realização dos estudos, conceção, planeamento e projetos e a construção das infraestruturas necessárias à concretização do empreendimento.

A solução de transporte adotada pela MM, o *Metrobus*, sendo económica e socialmente mais vantajosa, assegura o aproveitamento racional do canal ferroviário existente, para além de permitir uma integração sustentável em meio urbano.

Durante a fase de obra a MM é ainda responsável pelos Serviços Rodoviários Alternativos.

## 1.2 Missão, Visão e Valores

A Missão da MM é subsidiária da ambição que presidiu à sua criação e que, genericamente, pode ser equacionada pela importância de suprir necessidades de mobilidade na área geográfica dos municípios de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã afirmando-se, por esta via, como um instrumento decisivo para melhorar a qualidade de vida das populações abrangidas. Em concreto, a Missão da MM agrega as seguintes dimensões:

- **Implementar e explorar o SMM** na área geográfica dos municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, otimizando a utilização dos recursos afetos ao projeto;
- **Promover a mobilidade sustentável**, colocando os meios disponíveis e o conhecimento acumulado ao serviço da região, dos seus habitantes e visitantes, incentivando ativamente a implementação de soluções inovadoras em matéria de mobilidade, de oferta de serviços urbanos integrados e de proteção do ambiente;
- **Assegurar a manutenção e renovação da infraestrutura**, com elevadas condições de segurança, interoperabilidade e de continuidade do serviço público;
- **Contribuir para a Inclusão Social e para a igualdade entre mulheres e homens** de forma eficaz e coerente.

A Visão da MM pondera o impacto da sua atividade num horizonte de longo prazo e projeta três perspetivas entendidas como necessárias para que esse futuro possa ser alcançado:

- Ser uma **organização inovadora**, interagindo com as populações e assegurando de modo eficaz a implementação e a exploração do SMM, **visando alcançar elevados padrões de qualidade de serviço público**.
- Ser um **parceiro das autarquias e dos demais agentes** no desenvolvimento de um sistema de transportes integrado, que contribua para a **melhoria das acessibilidades** e do **desenvolvimento económico e social**, bem como para as condições de **coesão territorial** e de **qualificação urbana**.
- **Participar**, juntamente com os diversos atores económicos, sociais e académicos, **no desenvolvimento sustentável, de melhoria da qualidade de vida e de aumento da atratividade da região**.

A MM pauta as suas ações tendo como referência os seguintes Valores:

- **Serviço Público** de elevada qualidade com foco nas pessoas e salvaguarda da igualdade e não discriminação entre mulheres e homens;
- **Transparência e integridade** em todas as intervenções e relações com partes interessadas;
- **Rigor e responsabilidade** no cumprimento das tarefas profissionais;
- **Espírito de equipa**, procurando a orientação para objetivos comuns, valorizando a partilha de conhecimento, o mérito e a equidade;
- **Sustentabilidade**, promovendo a mobilidade ecológica e a qualidade de vida através da adoção das melhores práticas do sector e da consciencialização ambiental interna e externa;
- **Inclusão**, desenvolvendo soluções de mobilidade que permitam a todos deslocarem-se conforme as suas necessidades, independentemente da sua condição física, social ou género.

## 1.3 Estrutura Orgânica da Empresa

A MM é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, integrando, portanto, o setor público empresarial, cujo regime geral consta do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, com as alterações introduzidas pelas Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro e Lei n.º 75-A/2014, de 30 de setembro. Os atuais Órgãos Sociais da MM foram eleitos para o mandato do triénio 2019 a 2021 em Assembleia Geral de Acionistas a 24 de julho de 2019 sendo o Conselho de Administração composto por um Presidente, um vogal com funções executivas e uma vogal com funções não executivas. A Estrutura Orgânica em vigor na MM é apresentada na Fig. 1.

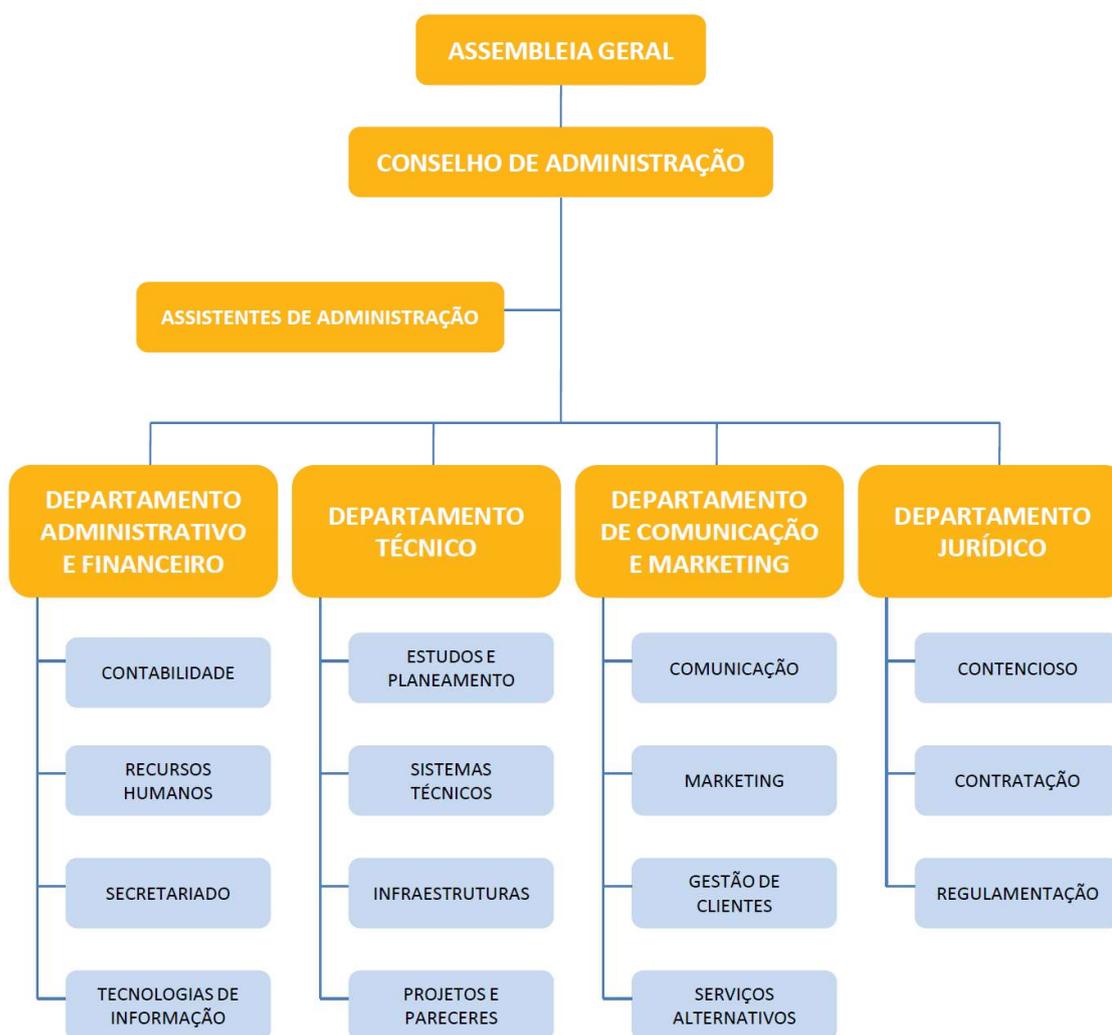


Figura 1 - Organograma da Metro Mondego, S.A.

## 2. Estratégia, Objetivos e Metas

### 2.1 Estratégia

Em termos genéricos, a estratégia da MM consiste na **promoção da mobilidade sustentável na sua área de intervenção**, ou seja, *“criar as condições para que [a mobilidade] se possa exercer através de modos de transporte sustentáveis, isto é, cuja produção tenha os menores impactes possíveis sobre o ambiente, recorra a energias renováveis ou cada vez menos dependentes de recursos naturais esgotáveis [...], com custos social e economicamente aceitáveis pela sociedade, e que garantam uma relativa equidade de acesso a toda a população”*<sup>1</sup>.

Esta orientação da atividade da MM enquadra-se, naturalmente, nas estratégias estabelecidas nas escalas europeia, nacional e regional para a mobilidade.

De facto, a orientação antes referida está claramente definida no plano europeu, cuja estratégia estabelece que a *“mobilidade com baixo nível de emissões é uma componente essencial da grande transição para a economia circular hipocarbónica, necessária para a Europa manter a sua competitividade e poder dar resposta às necessidades de mobilidade das pessoas e das mercadorias”*<sup>2</sup>.

No plano nacional, também no programa do XXII Governo Constitucional, se integra a mobilidade sustentável como parte do 1.º Desafio Estratégico, relativo às Alterações Climáticas<sup>3</sup>, para cujo resultado se definem vários eixos de atuação, entre os quais se contam a descarbonização do setor dos transportes, a promoção do transporte público urbano e a transição para a mobilidade elétrica<sup>4</sup>.

Na dimensão regional, o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável [PAMUS] da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra [CIM RC] estabelece como objetivos estratégicos, entre outros, a *“promoção de uma transferência para modos de transporte mais limpos e eficientes, [a] garantia de um sistema de acessibilidades e transporte mais inclusivo, [e a] redução da poluição atmosférica, do ruído, das emissões de gases com efeito estufa e do consumo de energia”*<sup>5</sup>.

Numa escala mais micro, isto é, associada à atividade da empresa, a estratégia estabelecida assume três dimensões complementares:

---

<sup>1</sup> Cf. APA – Agência Portuguesa do Ambiente (2010): Projeto Mobilidade Sustentável, Volume II, página 11.

<sup>2</sup> Comissão Europeia (2016): Estratégia Europeia de Mobilidade Hipocarbónica; Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões; COM (2016) 501 final; página 2.

<sup>3</sup> Cf. Programa do XXII Governo Constitucional: “1.º DESAFIO ESTRATÉGICO: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - Enfrentar as alterações climáticas garantindo uma transição justa”, página 56 e seguintes.

<sup>4</sup> Cf. páginas 64 a 68, *op. cit.*.

<sup>5</sup> Cf. CIM RC (2018): Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) na Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra; página 23.

- I. **Disponibilizar a infraestrutura** do SMM, tão brevemente quanto possível, em articulação com a Infraestruturas de Portugal, S.A. [IP];
- II. **Preparar a operação** do sistema em modo rodoviário elétrico;
- III. Contribuir para um ecossistema de colaboração regional, por forma a permitir **integração do SMM** com os restantes modos e operadores de transporte público.

## 2.2 Objetivos

Disponibilizar, dentro dos prazos estabelecidos, um sistema de transporte coletivo [TC] de elevada qualidade que permita aumentar expressivamente a quota do transporte público [TP] nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã.

A concretização deste desiderato envolverá necessariamente vários objetivos parcelares, dos quais se sublinham:

- Realizar uma mudança da imagem do TC, frequentemente visto como um modo de transporte dos estratos de menores rendimentos para um sistema de transporte universal, inclusivo, ecológico e capaz de atrair populações de todos os estratos sociais e condições económicas;
- Promover condições de trabalho adequadas para todos os colaboradores e prestadores de serviço da MM, componente essencial para otimizar a eficiência da empresa;
- Desenvolver uma cultura de cooperação com os principais agentes envolvidos, entre os quais se destacam o Estado, os municípios que serão abrangidos, a CIM RC e os operadores de transporte deste espaço geográfico.

## 2.3 Metas de Médio-Prazo

A principal meta de médio-prazo consiste em colocar em operação do SMM ainda no ano de 2023.

Constitui-se igualmente como meta de médio prazo a disponibilização de um tarifário intermodal integrado para a região de Coimbra, processo que exigirá uma articulação entre os sistemas de bilhética dos diversos operadores e a constituição da entidade gestora do tarifário intermodal.

Importa ter presente que o cumprimento das metas referidas depende necessariamente de um conjunto de pressupostos, entre os quais se inclui a obtenção dos financiamentos previstos, das autorizações governamentais relevantes e do cumprimento do planeamento acordado entre o Governo, a MM, os municípios e a IP.

## 2.4 Metas de Curto-Prazo

As principais metas de curto-prazo estabelecidas para a atividades da MM são as seguintes:

- Abertura do Canal da Baixa de Coimbra: conclusão da empreitada no 4º trimestre de 2022.
- Parque de Manutenção e Oficinas [PMO]: conclusão do projeto de execução no 4º trimestre de 2021; lançamento do concurso da empreitada no 1º trimestre de 2022; conclusão da execução da obra no 1º trimestre de 2024.
- Aquisição de veículos: adjudicação do concurso internacional de fornecimento de 35 autocarros articulados elétricos (com eventual opção de 5 veículos adicionais) no 4º trimestre de 2021; entrega do protótipo para testes no 3º trimestre de 2023; conclusão do fornecimento (35 veículos base) no 1º trimestre de 2024.
- Institucionalização da entidade gestora do tarifário intermodal em 2022, por forma a permitir a disponibilização do tarifário integrado em 2023, articuladamente com a colocação em serviço do SMM e com a implementação do sistema de bilhética respetivo.
- Transportes alternativos: lançamento pela MM do concurso de operação do serviço de transportes alternativos ao ramal ferroviário da Lousã no 3º trimestre de 2021; início do novo contrato em 18 de dezembro de 2021; preparação, no 4º trimestre de 2022, do concurso de operação dos transportes alternativos ao troço Coimbra Cidade – Coimbra B.

## 3. Pressupostos de Referência

### 3.1 Enquadramento Macroeconómico

O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da MM é desenvolvido em conformidade com as instruções da Direção-Geral do Tesouro e Finanças para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022 [IEIPG2022], anual e plurianual, das empresas públicas não financeiras do Sector Empresarial do Estado [SEE], constantes do Despacho N° 682/2021 – SET, conforme previsto no n° 6 do art.º 39.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de Outubro.

O cenário macroeconómico considerado é o que se reproduz no Quadro 1.

Quadro 1 - Cenário macroeconómico

<b>PIB e componentes da Despesa</b> (Var. % em termos reais)*	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>PIB</b>	4,0	4,9	2,8	2,4
Consumo Privado	2,8	3,7	2,2	2,1
Consumo Público	1,7	1,4	1,2	1,1
Investimento	4,0	8,0	8,6	6,3
Exportações de bens e Serviços	8,7	7,9	5,1	4,8
Importações de Bens e Serviços	5,4	6,0	6,0	5,6
<b>Evolução dos Preços</b>				
IPC	0,8	0,9	1,1	1,3

\* Preços constantes de 2016

Fonte: GPEARl *apud* Despacho n° 682/2021–SET

Para a MM, os anos de 2020 e 2021 são, tal como para a generalidade das empresas do SEE, anos profundamente atípicos, fruto da situação conjuntural determinada pela pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2. Assim, nos termos das “Instruções para a elaboração dos Planos de Atividades e Orçamentos para 2022, anual e plurianual, das empresas não financeiras do SEE”<sup>6</sup>, o ano de referência para a elaboração deste PAO é, não o ano de 2020, mas sim o ano de 2019 (ou 2021, consoante o mais adequado). Ou seja, em regra, é face 2019 que se perspetiva a atividade da empresa para 2022 (e respetivo triénio), e que se fundamentam os aumentos ou decréscimos assinalados, podendo eventualmente serem feitas referências ao exercício de 2021 nos casos em que tal se revele necessário para melhor enquadrar trajetórias ou variáveis específicas.

<sup>6</sup> Cf. Despacho n° 682/2021 – SET, página 1.

## 3.2 Pressupostos financeiros e princípios gerais para a elaboração dos instrumentos previsionais de gestão

A MM não tem, nem considera vir a ter, pagamentos em atraso, assegurando a prática de um prazo médio de pagamentos [PMP] inferior a 30 dias. Por esta via a MM associa-se ao crescente contributo do SEE para a solidez das finanças públicas e garante o compromisso com a manutenção integral dos objetivos do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, assumindo um PMP até 30 dias nas Demonstrações Financeiras Previsionais de 2022 a 2024. Igualmente, a MM não tem endividamento e não prevê o recurso ao endividamento. Em conformidade, considera-se estar fundamentada a não aplicabilidade, à realidade MM, da alínea vi) do ponto 2 das IEIPG2022.

Os cenários de evolução da situação financeira da MM considerados no plano anual (2022) e plurianual (tríenio), ponderam um conjunto de especificidades que decorrem da implementação em curso do SMM e que devem ser tidas em conta na leitura das projeções contidas neste documento, nomeadamente:

- i) As estimativas de receitas que decorrem da venda de bilhetes têm origem em dois serviços distintos:
  - a. Operação dos Serviços Rodoviários Alternativos, onde a receita a partir de 2022 ocorre pela venda direta pela Metro Mondego e resulta do tarifário definido pelos Caminhos de Ferro de Portugal [CP], cuja estimativa assenta em dados históricos. Deste modo não estão contemplados cenários de crescimento percentuais anuais por não se encaixarem neste modo de operação alternativo;
  - b. Venda de bilhetes do Sistema de Mobilidade do Mondego, com início previsto apenas no final do exercício de 2023 e venda em 2024, sendo que este calendário não permite evidenciar taxas de crescimento do volume de negócios que ainda não é possível conhecer.
- ii) Tendo em consideração que a MM prossegue numa fase de investimento, sem que ocorram receitas significativas que possibilitem a tradicional análise dos gastos operacionais, a MM dá continuidade à construção e análise do indicador alternativo de Otimização da Estrutura de Gastos operacionais [IOEGG], conforme aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET, a 15 de outubro de 2019.
- iii) O aumento da estrutura de pessoal decorre do incremento da atividade da empresa e preparação da estrutura para iniciar operação, conforme amplamente demonstrado no ponto 4.3.
- iv) Os custos crescentes com Fornecimentos e Serviços Externos [FSE] estão relacionados com o incremento de estrutura e da atividade, em sintonia com as orientações do Governo. A análise da sua evolução deve ser efetuada com referência ao IOEGG.
- v) A análise do resultado operacional deve ser contextualizada pelas especificidades apresentadas, não obstante exibir resultados positivos e crescentes que são sustentados por operações previstas, mas não recorrentes e não diretamente associadas à atividade normal da operação do SMM. Pelo exposto, considera-se

fundamentada a não aplicabilidade, à realidade MM, das alíneas I a v) do ponto 2 das IEIPG2022<sup>7</sup>.

- vi) A respeito do ponto 3.4 das IEIPG2022 reforça-se que a MM é (ainda) uma empresa de projeto. Associada à condição da MM de empresa de projeto está a incumbência de implementar um Sistema de Mobilidade, com acolhimento dos pressupostos inscritos nos documentos previsionais, nomeadamente no cronograma institucional do SMM, que estabelece o início da operação em final 2023. Em síntese e com estrito rigor, a MM tem em execução apenas um projeto, sendo, portanto, despicienda qualquer tentativa de discriminação das fontes de financiamento por múltiplos projetos. Deste modo e no que concerne ao único projeto da MM, as respetivas fontes de financiamento serão identificadas, com destaque para o Quadro 10 – Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Financeira e Quadro 11 Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Orçamental. Acrescenta-se que eventuais fontes de financiamento (assumidos como desejáveis pelas Tutelas Financeira e Técnica), associadas ao financiamento comunitário dos investimentos, não são identificadas porque, à data deste exercício de planeamento, não são conhecidas.

### 3.3 Enquadramento no Programa de Governo

O PAO da MM 2022-2024 concorre positivamente para três dos quatro desafios do Programa do XXII Governo Constitucional, nomeadamente i) combater as alterações climáticas, ii) responder ao desafio demográfico e iii) reduzir as desigualdades. Constituinto uma prioridade explicitamente assumida neste documento estratégico governamental, o conjunto de investimentos previstos no SMM responde a dois dos seus objetivos fundamentais: em primeiro lugar, reforçar a capacidade de resposta dos serviços públicos e, em segundo lugar, melhorar as infraestruturas que contribuem para o aumento da competitividade da economia portuguesa. Acrescem, no caso em apreço, os projetados contributos do SMM para a promoção da transferência modal do transporte individual [TI] para o TC e para a descarbonização da economia nacional, contributos determinantes para uma melhor estruturação do território e para o reforço da coesão social, assentes numa rede de transporte público [TP] de elevada qualidade, com uma oferta adequada e que permita uma acessibilidade alargada<sup>8</sup>.

Com particular relevância para a estratégia corporizada nas opções seguidas neste PAO, sublinham-se as orientações para a *“promoção do investimento centrado na melhoria da competitividade e da qualidade dos serviços públicos”*<sup>9</sup> (p. 10 e p. 25), bem como o compromisso do Governo em *“assegurar o investimento sistema de mobilidade ligeira do*

<sup>7</sup> Cf. Despacho nº 682/2021 – SET, página 1.

<sup>8</sup> Cf. Programa do XXII Governo Constitucional: “1.º DESAFIO ESTRATÉGICO: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - Enfrentar as alterações climáticas garantindo uma transição justa”, página 64.

<sup>9</sup> Cf. páginas 10 e 25, *op. cit.*.

Mondego (...) e no material circulante”, objetivos e compromisso que a MM aceita e aos quais pretende dar estrito cumprimento.

### 3.4 Enquadramento no Orçamento de Estado

O PAO 2022-2024 da MM prossegue o estabelecido e formalmente acordado no Plano anteriormente aprovado para o triénio 2021-2023, conferindo-lhe a atualidade e os ajustamentos que decorrem das dinâmicas da empresa e do projeto do SMM.

De igual modo, este documento responde ao estabelecido nas Grandes Opções 2021-2023 (GO 2021-2023) do XXII Governo Constitucional, com destaque para os compromissos no âmbito da mobilidade urbana sustentável, domínio em que *“será dada continuidade ao projeto do SMM cuja conclusão das empreitadas de construção das infraestruturas se prevê em 2023, devendo o troço Serpins – Portagem (Coimbra) entrar ao serviço no 1.º trimestre de 2023, e os restantes troços até ao final desse ano. Refira-se que este será o primeiro sistema de Bus Rapid Transport (BRT) em Portugal, operado com autocarros 100% elétricos e com a implementação de um tarifário intermodal, o que permitirá a qualificação da rede de transporte público nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, a alteração da repartição modal na região e a redução dos impactos ambientais do setor”*<sup>10</sup>.

A implementação do SMM é considerada como um investimento público estruturante e, como tal, *“fundamental para o desenvolvimento económico, nomeadamente pela sua valência na melhoria dos serviços públicos, bem como pela sua capacidade de estímulo à atividade económica. O surgimento da crise pandémica causada pela COVID-19 veio enaltecer ainda mais a sua relevância”*<sup>11</sup>.

Projetado como *“uma solução de metrobus elétrico que aproveitará o investimento em infraestruturas feito anteriormente e que se constituirá num troço urbano (Alto de S. João/Coimbra e Linha do Hospital) e num troço suburbano (Serpins/Alto de S. João), este último já com obra no terreno desde setembro. No total, prevê-se um investimento de cerca de 87 milhões de euros, dos quais cerca de 50 milhões de euros a executar em 2021”*<sup>12</sup>.

Ao investimento em infraestruturas, acrescenta-se a necessidade de aquisição de material circulante, sublinhando-se que *“o Sistema de Mobilidade do Mondego terá também a sua frota aumentada, com valores de investimento de cerca de 50 milhões de euros”*<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Proposta de Lei das Grandes Opções 2021-2023 (GO 2021-2023) do XXII Governo Constitucional, PL 567/XXII/2020 de 2020.10.11, página 153.

<sup>11</sup> Cf. OE 2021 Proposta de Lei e Relatório. XXII Governo Constitucional, página 39.

<sup>12</sup> Cf. página 43, *op. cit.*.

<sup>13</sup> Cf. página 43, *op. cit.*.

## 4. Atividades e Recursos 2022 – 2024

### 4.1 Atividades a Desenvolver

No triénio 2022-2024, as atividades a desenvolver pela MM demonstram a trajetória de aceleração da fase de investimento, iniciada em 2020, tendo como objetivo permitir a entrada em serviço do SMM ainda em 2023.<sup>14</sup> Naturalmente, as atividades previstas para 2022 continuam a incluir, com peso relevante, a atividade corrente, onde se destaca, pela sua importância e montantes envolvidos, a operação dos Serviços Rodoviários Alternativos.

No que concerne à gestão do projeto do SMM, para 2022 assinalam-se os desenvolvimentos programados para os Interfaces e integrações funcionais, os trabalhos relacionados com a abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra e os Estudos, projetos e concursos relativos à implementação da solução Metrobus (onde se inclui o concurso de empreitada de construção do PMO e o concurso de aquisição do material circulante).

#### 4.1.1 Atividades correntes

Em 2022 a MM dará continuidade às suas atividades correntes, não se antecipando alterações de natureza estrutural, embora adequadas à estrutura de pessoal crescente. No decurso do exercício de 2021 foram atualizados, na medida do possível atendendo à escalada de preços, os procedimentos internos nos domínios de apoio às tecnologias de informação para dotar a empresa dos meios humanos e materiais indispensáveis para dar continuidade à exigente fase de crescimento, iniciada em 2020, que aqui se antecipa para o triénio 2022-2024. É de assinalar que as novas instalações (mudança realizada em setembro de 2020) é fundamental no reforço do bom desempenho global da empresa e do bem-estar dos seus colaboradores.

As pessoas na MM são um ativo precioso e a promoção do seu bem-estar, alinhamento organizacional e motivação justificam uma cuidada atenção. Neste âmbito incluem-se também as preocupações com o aumento das competências dos seus colaboradores, a promoção da Igualdade de género, a divulgação dos princípios e valores do Código de Ética e Conduta MM e do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão em vigor na empresa.

#### 4.1.2 Interfaces e integrações funcionais

Os espaços urbanos resultantes da construção das integrações funcionais das estações no âmbito das empreitadas do Alto São João - Miranda do Corvo e Miranda do Corvo - Serpins, e ainda das Interfaces de Sobral de Ceira, Miranda do Corvo e Lousã, são de uso público,

---

<sup>14</sup> De acordo com o cronograma estabelecido para o SMM (cf. Resolução do Conselho de Ministros [RCM] 35/2021), está prevista a conclusão dos investimentos em infraestruturas em 2024. A calendarização subsequentemente estabelecida prevê que o início da operação (parcial) ocorra no 4º trimestre de 2023, no troço Serpins - Portagem (com substituição dos serviços rodoviários alternativos ao Ramal da Lousã).

com manutenção assegurada pelas Câmaras Municipais de Miranda do Corvo e Lousã, conforme protocolos propostos pela Metro-Mondego e assinados entre estas Autarquias e a IP para a gestão e manutenção dos espaços de uso público.

Com a colaboração dos serviços técnicos da MM, estas autarquias têm garantido uma boa utilização desses espaços assegurando eficazmente a sua gestão e manutenção. Nos troços de canal dentro do perímetro urbano dos municípios da Lousã e Miranda do Corvo, têm também existido colaborações por parte destas autarquias na manutenção dos espaços, nomeadamente no que respeita à desmatação. Nos restantes troços integrados no Domínio Público Ferroviário, a manutenção tem vindo a ser assegurada pela IP, de acordo com os eventuais pedidos recebidos a que se juntam um grupo pontos críticos (pré)identificados.

Com a execução da empreitada do troço suburbano (Alto de S. João – Serpins), da responsabilidade da IP, as infraestruturas e interfaces respetivas serão intervencionadas ou disponibilizadas, na sua maioria, para as atividades da empreitada, passando assim a gestão das mesmas a ser realizada nesse âmbito.

### 4.1.3 Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra

Em 2019 foi aprovada, pela Secretaria de Estado das Infraestruturas e pela Secretaria de Estado do Tesouro, a metodologia para a execução das obras de Abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra, ocorrendo em 2020 a publicação das Portaria n.º 141/2020 e 142/2020, as quais autorizam a MM a assumir os encargos plurianuais daí decorrentes. No último trimestre de 2020 foi consignada a “Empreitada de desconstrução/demolição, construção e reabilitação dos edifícios para a abertura do canal do Sistema de Mobilidade do Mondego na Baixa de Coimbra (Parcelas 22, 23, 25, 26, 27, e 33)” a par dos serviços de gestão, assessoria, fiscalização e coordenação de segurança. Em 2021 os trabalhos prosseguiram, estimando-se a sua conclusão no final de 2022.

Em paralelo, durante o ano de 2021, foram abertos procedimentos para a venda das parcelas sobrantes contíguas ao Canal do SMM na Baixa, estimando-se que este processo esteja concluído no início de 2022.

Tendo como objetivo a continuidade e conclusão dos trabalhos que irão permitir a abertura do Canal do SMM na Baixa da cidade de Coimbra, zona classificada como Património Mundial, e a execução da Linha do Hospital, de entre as atividades a desenvolver em 2022 destacam-se:

- i. A prossecução da empreitada dos edifícios A1 e A2, com conclusão até ao final de 2022, em harmonia com o planeamento para a execução da Linha do Hospital (da responsabilidade da IP), e com o estabelecido contratualmente no que concerne à disponibilização das frações que irão acolher três unidades comerciais preexistentes nestes espaços, i.e., a Padaria Palmeipan – Panificação e Pastelaria, S.A., a Farmácia Luciano e Matos e o Restaurante Nova Democrática;
- ii. Prosseguir e concluir o processo de alienação das “parcelas sobrantes”.

#### 4.1.4 Estudos, projetos, concursos e fornecimentos

Em 2022 a MM dará continuidade às tarefas necessárias para a concretização o projeto do SMM, na solução *Metrobus*, onde se inclui a colaboração com a IP nos aspetos relativos às infraestruturas, em conformidade com o Protocolo de Colaboração celebrado entre a MM e esta entidade.

No conjunto das tarefas atribuídas à MM assume especial relevância o desenvolvimento de estudos e projetos, a realização de concursos públicos e a gestão de contratos de fornecimento, nomeadamente:

- Gestão e fiscalização do contrato de fornecimento e manutenção de veículos elétricos e sistemas de carregamento de baterias, com o início do fornecimento projetado para 2022 e conclusão no 1º trimestre de 2024;
- Candidatura a financiamento pelo Programa Portugal 2030 (PT 2030) do investimento em veículos elétricos e sistemas de carregamento de baterias;
- Realização do concurso e adjudicação da empreitada de construção de postos de transformação do sistema de carregamento de baterias, complementada com a aquisição, à E-REDES, de ligações para alimentação em média tensão daqueles postos;
- Realização do concurso e adjudicação da empreitada de construção do PMO e respetivo equipamento, bem como para a contratação da prestação de serviços de gestão e fiscalização desta empreitada, na sequência da conclusão do respetivo projeto de execução e (re)validação dos estudos ambientais;
- Desenvolvimento e realização dos processos expropriativos de aquisição dos terrenos necessários à realização da empreitada do PMO, incluindo a emissão de Declaração de Utilidade Pública [DUP] dessas parcelas;
- Continuação das atividades, promovidas em conjunto pela CIM RC, CMC, MM e CP - Comboios de Portugal, de preparação da criação de uma entidade para a gestão dos sistemas de bilhética e tarifário intermodais na região de Coimbra, designada por A-GIT;
- Gestão e fiscalização do contrato de fornecimento e manutenção do sistema de bilhética do SMM, a realizar em parceria com a CMC, conforme protocolo celebrado entre estas duas Entidades, assumindo a MM a totalidade dos encargos financeiros não financiados por fundos comunitários e o apoio técnico, com a fase de investimento a ter início em 2022 e conclusão em 2023;
- Colaboração com a IP na realização do concurso para a conceção, construção e manutenção dos Sistemas Técnicos do SMM, englobando o Posto de Comando Central [PCC], os Sistemas de Ajuda à Exploração [SAE], a sinalização/semáforização e os sistemas complementares de comunicações, de informação ao passageiro e de videovigilância, entre outros. Para o efeito foi já constituído um Agrupamento de Entidades Adjudicantes, compreendendo a IP e a MM, para a gestão e fiscalização do contrato, com a componente de conceção e construção a ter o seu início em 2022 e conclusão no 4º trimestre de 2023;
- Realização do concurso, com o apoio técnico inicial da IP, para a contratação do serviço de comunicações móveis (3G/4G/5G) a um operador de rede pública de telecomunicações, para suporte à operação do SMM;

- Colaboração com a IP no acompanhamento da gestão de empreitadas de construção de infraestruturas rodoviárias e na realização do concurso de fornecimento dos abrigos e mobiliário urbano das paragens;
- Consolidação do modelo de financiamento, organização e gestão da operação do SMM;
- Consolidação do programa de exploração preliminar do SMM, incluindo a realização de análises complementares;
- Consolidação do modelo de gestão para a conservação de infraestruturas e preparação dos procedimentos de contratação de prestações de serviço diversas (desmatização e jardinagem; conservação de infraestruturas, estações e da via; limpeza; segurança e recolha de valores);
- Elaboração de conteúdos do Sistema Integrado de Segurança [SIS] e Manual de Exploração do SMM, tendo em vista a obtenção, junto do Instituto da Mobilidade e dos Transportes [IMT], das autorizações para a entrada em serviço do SMM e do licenciamento da MM para a atividade de prestação de serviços de transporte e de gestão e exploração da infraestrutura do SMM;
- Consolidação dos projetos de articulação e otimização de interfaces entre o SMM e os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra [SMTUC], nomeadamente (i) na ligação da Praça da República ao Polo I da Universidade, (ii) na ligação entre a Estação Hospitais da Universidade de Coimbra [HUC]/Consultas Externas e a Avenida Bissaya Barreto e (iii) na Praça 25 de Abril.

Em síntese, e em conformidade com as atividades aqui previstas, a realização de estudos e a contratação das assessorias implicará encargos a repartir pelas seguintes rubricas:

- Gestão e Operação;
- Licenciamento do sistema e estudos de segurança;
- Veículos;
- PMO / Parque de Recolha;
- Bilhética e Tarifário;
- Sistemas de Ajuda à Exploração e Telemática;
- Sistemas de alimentação elétrica;
- Sinalética e mobiliário urbano (Paragens);
- Consultoria jurídica especializada;
- Processos expropriativos (PMO);
- Outros (estudos de integração urbana; planos de pormenor).

Por último, explicitada a relevância destas atividades e ponderados os recursos necessários para as concretizar, importa salientar que o presente PAO 2022-2024 da MM obriga à previsão de um reforço da equipa técnica, com a contratação de quatro técnicos superiores, considerados indispensáveis para acomodar o acréscimo e a diversificação das atividades imputadas e a imputar ao Departamento Técnico.

#### 4.1.5 Serviços Rodoviários Alternativos

Em 2022 a MM dará continuidade à operação dos Serviços Rodoviários Alternativos. Importa, no entanto, assinalar alterações em alguns dos condicionalismos associados ao modo como esta operação tem vindo a ser desenvolvida. De entre estas, assumem especial destaque as medidas que decorrem das limitações associadas à evolução da pandemia provocada pelo vírus SARS-Cov-2, bem como a implementação (em curso) de uma abordagem estruturalmente distinta no domínio da gestão do contrato de prestação dos serviços rodoviários.

Em 2021, nomeadamente durante o primeiro semestre, a operação dos Serviços Rodoviários Alternativos foi muito marcada pela a continuação das restrições associadas às medidas de salvaguarda da saúde pública decorrentes da crise pandémica, com a procura a registar valores abaixo da tendência de anos anteriores, com implicações ao nível dos encargos suportados pela MM. Mais recentemente, a partir do segundo semestre de 2021, é possível perceber o início de uma recuperação de parte da procura pré-pandemia, numa tendência que se espera possa vir a prolongar-se em 2022.

Em 2021 destaca-se igualmente uma alteração estrutural no quadro de funcionamento da operação dos Serviços Rodoviários Alternativos. Na sequência da aprovação das tutelas setorial e financeira, a MM passará a assegurar as responsabilidades inerentes à preparação e gestão do próximo contrato para a prestação dos Serviços Alternativos, com início em 18 de dezembro de 2021. Desta forma, para além da preparação e lançamento do procedimento de contratação pública, a MM passará a ser a gestora do contrato em todas as suas valências (operação, manutenção e limpeza da infraestrutura de apoio (abrigo) e apoio ao cliente) com exceção do sistema de vendas dos títulos de transporte, que continuará a ser assegurado em colaboração com a CP através dos seus equipamentos e postos de venda (ao abrigo da celebração de um novo Protocolo para esse efeito). Acrescenta-se que este novo contrato registará outras diferenças relevantes, em particular porque i) irá apresentar alterações nos horários, contribuindo-se para que estes possam ser mais cadenciados, aproximando-os da lógica do SMM e ii) durante a sua vigência espera-se que venha a ocorrer uma alteração tarifária (com a entrada em vigor do tarifário intermodal), o que inclui a necessidade de um sistema de bilhética próprio.

Em paralelo, o planeamento dos Serviços Alternativos continuará a considerar o efeito da aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária [PART], estimando-se uma receita com origem na CIM RC como compensação da redução das receitas de bilheteira em resultado da aplicação de uma redução de 30% no valor dos passes.

#### 4.1.6 Comunicação e Marketing

Com o reinício das obras de construção do SMM, a MM entrou numa nova fase, em que a estratégia de Comunicação e Marketing e a sua implementação têm um papel acrescido.

Para este desiderato, a MM aprovou o Plano de Comunicação elaborado pelo Departamento de Comunicação e Marketing que consubstancia ações e medidas de promoção e divulgação do SMM, prosseguindo quatro objetivos nucleares:

- Credibilizar e promover o SMM, valorizando o projeto e as suas intervenções, minimizando a resistência à mudança;
- Gerir o impacto das obras do SMM em meio urbano, com partilhar de informação com transparência e rapidez, dando em simultâneo um sinal de esperança e promovendo um desígnio;
- Projetar e sustentar a imagem institucional da MM, reforçando a sua credibilidade junto da opinião pública, em particular dos 3 concelhos envolvidos;
- Promover o transporte público e a mobilidade sustentável, em articulação com os parceiros locais.

Em termos de programação, em 2022 estão previstas as seguintes ações, que se enquadram nos objetivos de curto e médio prazo (fase de execução obras):

- Divulgar e acompanhar as obras do SMM, antecipando conflitos e perturbações com maior impacto no dia-a-dia das populações, em especial nos centros urbanos;
- Reuniões e visitas para esclarecimentos à população e aos meios de comunicação;
- Registos de imagem (fotografia e vídeo) do desenvolvimento dos trabalhos;
- Desenvolvimento de conteúdos multimédia, nomeadamente sobre o impacto do SMM ao nível da integração urbana;
- Credibilizar a MM e o SMM, nomeadamente através do reforço das relações institucionais e com os média;
- Renovar o website da MM, através de concurso a lançar em 2021, para cumprimento de forma eficaz e moderna dos seus atuais objetivos (divulgação e promoção do SMM, apoio aos Serviços Alternativos, informação institucional), preparando-o também para a fase de operação do SMM;
- Organização e participação em eventos;
- Produção de suportes de informação ao público nas paragens e de bolso, para apoio aos clientes dos Serviços Alternativos;
- Realização de inquéritos de opinião;
- Promover campanhas de divulgação, informação e esclarecimento sobre o SMM e suas características (veículos, tarifário, segurança, interoperabilidade, frequências), adequadas às circunstâncias ou contextos em que se inscrevem, desenvolvendo os suportes e as iniciativas para o efeito.

É importante ter presente que o projeto do SMM engloba várias dimensões, sendo que a componente da construção da infraestrutura é essencialmente da responsabilidade da IP. Neste sentido, algumas atividades do Plano de Comunicação deverão ser desenvolvidas em articulação com a IP. Refira-se ainda que a implementação destas ações deverá ser feita em conformidade com o desenvolvimento projeto, nomeadamente tendo em conta os seus ritmos, de modo a garantir a pertinência e oportunidade das ações previstas.

## 4.2 Investimentos a realizar

O Quadro 2 apresenta a rubrica Investimento realizado e as estimativas de investimento para os exercícios de 2021 a 2024. Estas últimas encontram-se descritas com maior detalhe no Anexo D, no qual se referem os pressupostos para o cálculo dos montantes apresentados

Quadro 2 - Evolução do Investimento

Descrição	2020	2021	2021	2022	2023	2024
	Execução	Orçamento	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento relacionado com funcionamento	84 703	80 000	22 600	223 250	184 000	25 000
Comunicação e Marketing	2 800	54 901	45 000	50 000	50 000	50 000
Implementação da 1ª fase	1 077 560	1 062 000	1 266 417	1 738 726	1 978 726	455 000
Libertação da Baixa de Coimbra	513 596	1 914 986	1 973 500	1 708 323	30 000	0
Empreitada de Construção PMO	0	1 229 722	356 563	3 059 513	4 738 925	25 000
Bilhética		0	0	0	1 140 150	0
Material Circulante		100 000	60 000	1 353 000	34 393 000	5 039 000
Assessorias e estudos	222 018	535 410	293 706	659 751	503 930	105 000
<b>Total</b>	<b>1 900 676</b>	<b>4 977 019</b>	<b>4 017 786</b>	<b>8 792 562</b>	<b>43 018 731</b>	<b>5 699 000</b>

O Quadro 2 identifica as componentes do investimento consideradas relevantes para a concretização do SMM. No que se refere à implementação da 1ª fase (que integra os investimentos associados ao troço suburbano), destaca-se a relevância que aqui assumem os custos de operação dos serviços rodoviários alternativos.

De acordo com estes elementos, é possível perceber que, de entre os investimentos mais relevantes nos próximos três anos, se destacam (por ordem de relevância dos montantes envolvidos) a aquisição do Material Circulante, as atividades associadas à construção do PMO, os estudos para a especificação e a aquisição do sistema de bilhética, a abertura do Canal do SMM na Baixa de Coimbra com a empreitada de desconstrução e construção dos edifícios A1 e A2 (Edifício Ponte), as assessorias e os estudos complementares.

## 4.3 Evolução dos Recursos Humanos

O continuado aumento das responsabilidades a cargo da MM implica, como condição necessária, o reforço na dotação em recursos humanos da empresa, bem como, nas situações aqui devidamente enquadradas, a existência pontual de contratação de serviços especializados.

Em 2021 é dada continuidade à estratégia de reforço estrutural da força de trabalho da MM, em linha com o já apresentado na evolução plurianual da estrutura de Recursos Humanos da MM até 2024, conforme se pode reproduz no Quadro 3.

### Quadro 3 - Quadro de Pessoal

	2010	2019	2020	2021*	2022	2023	2024	Varição 2019-2024
Conselho de Administração	7	3	3	3	3	3	3	0
Departamento Financeiro	4	2	3	5	6	9	9	7
Departamento Técnico	6	4	4	6	10	15	15	11
Departamento Comunicação e Marketing	3	2	2	2	2	3	3	1
Departamento Jurídico	0	0	1	1	1	2	2	2
Operacionais e Motoristas	0	0	0	0	0	65	105	105
Varição	0	0	2	4	5	75	40	40
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>97</b>	<b>137</b>	<b>126</b>

\* Um recurso encontra-se em licença s/ vencimento.

A leitura do Quadro de Pessoal da MM, e da sua evolução, apresentada no Quadro 3, permite assinalar que, em conformidade com a deliberação<sup>15</sup> aprovada em Assembleia Geral de Acionistas de 2020/04/29, as novas admissões para 2021 foram ajustadas para um total de quatro (duas já concretizadas, as restantes em curso), a saber:

- uma engenheira civil (admitida a 1 de junho);
- um engenheiro mecânico (admitido a 1 de julho);
- um gestor de recursos humanos (em fase de processo de recrutamento);
- um financeiro (com processo de recrutamento a iniciar, admitindo-se a sua admissão ainda em 2021).

Para 2022, o plano de admissões<sup>16</sup> considera o recrutamento de cinco novos colaboradores, que pretendem assegurar níveis adequados de reforço da força de trabalho ao nível do Departamento Administrativo e Financeiro e do Departamento Técnico (para a áreas de i) operação, ii) de sistemas técnicos e bilhética e iii) de segurança). Em 2023, dada a proximidade temporal relativamente ao projetado início da operação do SMM, o reforço terá necessariamente que assumir uma expressão muito mais relevante, identificando-se a admissão de 75 recursos adicionais, dos quais 65 serão colaboradores diretamente relacionados com a atividade operacional. Finalmente, em 2024, num cenário em que se prevê que o SMM esteja já em operação, estão contempladas as restantes admissões de 40 recursos, todos relacionados com a atividade operacional.

De modo transversal aos recursos humanos da MM, existentes e projetados, assinala-se que nos encargos associados estão incluídas as responsabilidades da empresa com a realização da formação dos seus colaboradores e demais garantias de igualdade de oportunidades, a concretizar em áreas com valor acrescentado para a empresa.

Refere-se também que dando pleno cumprimento ao disposto no n.º 1, do artigo 7º, da Lei 62/2017, de 1 de agosto, em 2021 a MM elaborou o seu Plano de Igualdade, que foi objeto de divulgação interna e externa, estando disponível no sítio da Internet da empresa.

<sup>15</sup> Cf. Despacho nº 303/2021-SET, de 6 de abril, emitido pelo Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro onde se autoriza "a contratação de 4 trabalhadores, tendo sido considerada demonstrada, para além da existência de cobertura orçamental, que o atraso nas admissões comprometeria o cumprimento do cronograma de implementação do SMM".

<sup>16</sup> Cf. Mapa de Pessoal da MM, aprovado pelo Exmo. Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas, em anexo ao presente documento.

Apresentam-se em seguida os gastos da MM com recursos humanos e equiparados, em que se agregam os custos dos recursos humanos pertencentes à empresa, nomeadamente remunerações e outros gastos diretos, tais como deslocações e estadas, despesas de representação, comunicações e combustíveis. Estão igualmente considerados, como outros encargos do pessoal, os custos relacionados com seguro de saúde, seguro de acidentes de trabalho e formação.

Declara-se a inexistência de benefícios pós-emprego.

#### Quadro 4 - Custos com Pessoal

Descrição	2019	2020	2021	2021	2022	2023	2024	Var 2022/2019		Var 2022/2021	
	Execução	Execução	Orçamento	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
<b>Gastos totais com pessoal (1)=(a)+(b)+(c)+(d)+(e)+(f)</b>	<b>433 723</b>	<b>514 966</b>	<b>781 201</b>	<b>636 215</b>	<b>901 834</b>	<b>1 827 794</b>	<b>3 627 401</b>	468 111	107,9%	265 620	51,6%
(a) Gastos com órgãos sociais	145 324	199 634	202 156	204 844	205 635	205 635	205 635	60 311	41,5%	792	0,4%
(b) Gastos com cargos de direção	105 108	106 158	156 611	109 082	130 000	130 000	130 000	24 892	23,7%	20 918	19,7%
(c) Remuneração do pessoal	176 120	191 613	397 283	300 638	515 203	1 295 041	2 982 301	339 083	192,5%	214 565	112,0%
(i) vencimento base + s. férias + s. natal	170 706	185 991	385 880	286 819	494 782	1 368 872	2 962 477	324 076	189,8%	207 963	111,8%
(ii) outros subsídios	5 414	5 622	11 403	13 819	20 421	56 169	149 824	15 007	277,2%	6 602	117,4%
...impacto reduções remuneratórias /susp. sub. em cada ano	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-
(d) Benefícios pós-emprego	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-
(e) Restantes encargos	7 171	17 562	25 150	21 652	50 996	197 119	309 465	43 825	611,1%	29 345	43,2%
(f) Rescisões /indenizações	0	0	0	0	0	0	0	-	-	0	-
<b>Designação</b>											
Nº total de RH (OS+Cargos Direção+Trabalhadores)	10	12	17	17	22	97	137	12	120,0%	5	41,7%
Nº Órgãos Sociais	3	3	3	3	3	3	3	0	0,0%	0	0,0%
Nº Cargos Direção s/ OS	2	2	2	2	2	2	2	0	0,0%	0	0,0%
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	5	7	12	12	17	92	132	12	240,0%	5	71,4%
Gastos com Dirigentes/Gastos com Pessoal	59,7%	55,4%	39,4%	36,3%	25,2%	10,0%	4,4%				

\* Um trabalhador em licença sem vencimento

Conforme se poderá constatar pela leitura do Quadro 4, de acordo com o planeamento em curso, prevê-se que a admissão do pessoal ligado à operação ocorra apenas em 2023 e 2024.

Para uma mais clara interpretação da evolução do Quadro de Pessoal da MM e respetivos encargos associados, no Quadro 5 autonomizam-se os custos marginais decorrentes das admissões, reportados ao ano em que se espera que ocorram. Importa notar que nestes cálculos se evidencia o custo esperado que as admissões representam para um exercício completo (não obstante, e num cenário em que estas admissões ocorrem algures a meio de um dado ano, se antecipar que o valor aqui inscrito não coincidirá com o custo total nesse mesmo ano)<sup>17</sup>.

#### Quadro 5 - Evolução marginal dos encargos anuais com as novas admissões

Descrição	2020	2021	2022	2023	2024
	Execução	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
<b>Gastos totais com contratações</b>	<b>69 036</b>	<b>144 890</b>	<b>192 122</b>	<b>2 502 627</b>	<b>877 237</b>
Gastos com cargos de direção				0	0
Remuneração do pessoal	69 036	144 890	192 122	2 502 627	877 237
Nº Cargos Direção s/ OS	0	0	0	0	0
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção	2	4	5	75	40

Os gastos que se prevê virem a ser gerados pela Administração e Órgãos Sociais são apresentados no Quadro 6.

<sup>17</sup> Para uma leitura das estimativas do custo esperado no ano da admissão, no cenário de este não representar o custo para o ano completo, poderá ser consultado no Anexo H, nomeadamente o Quadro H1.

Quadro 6 - Encargos com a Administração e Órgãos Sociais

Descrição	ótica financeira						
	2019 Execução	2020 Execução	2021 Orçamento	2021 P. Execução	2022 Orçamento	2023 Orçamento	2024 Orçamento
Remunerações	144 983	203 705	205 830	204 844	205 635	205 635	205 635
Combustíveis	2 019	4 224	12 289	10 600	11 689	10 489	10 489
Despesas em Representação	81	763	2 160	1 600	1 800	2 100	2 100
Comunicações	296	1 495	1 920	1 221	1 920	1 920	1 920
Deslocações e Estadas	1 812	4 474	5 040	2 851	4 610	4 800	4 800
Aluguer Operacional	2 373	5 450	15 600	10 133	15 600	15 600	15 600
Outros	0	234	300	150	150	150	150
<b>Total</b>	<b>151 564</b>	<b>220 346</b>	<b>243 138</b>	<b>231 399</b>	<b>241 404</b>	<b>240 694</b>	<b>240 694</b>

O acréscimo de gastos está diretamente relacionado com as condições remuneratórias fixadas e demais regalias ou benefícios atribuídos, tendo em conta a atual composição do Conselho de Administração bem como as despesas no exercício de funções. O aluguer operacional resulta da substituição de 2 viaturas com mais de 10 anos.

No que respeita aos Gastos com os Recursos Humanos da MM e Equiparados, a evolução no Quadro de Pessoal está diretamente associada ao aumento com remunerações e gastos associados, como a formação, comunicações e deslocações e estadas, como se detalha no Quadro 7. De notar que a informação aqui apresentada tem em conta o plano de admissões já referido anteriormente com o incremento significativo dos custos com remunerações em 2022, em 2023 e 2024.

Quadro 7 - Encargos com Recursos Humanos e Equiparados

Descrição	ótica financeira						
	2019 Execução	2020 Execução	2021 Orçamento	2021 P. Execução	2022 Orçamento	2023 Orçamento	2024 Orçamento
Remunerações	288 740	309 016	571 871	428 371	688 399	1 610 159	3 403 766
Formação	0	2 244	3 500	3 000	7 800	12 000	18 000
Combustíveis	1 796	832	3 780	1 739	3 120	4 500	4 500
Despesas Representação	233	0	960	645	1 200	1 200	1 200
Comunicações	816	822	3 674	2 349	6 330	8 070	8 070
Deslocações e Estadas	1 117	1 472	3 960	1 626	3 780	5 880	5 880
Assessoria Jurídica	20 640	18 920	0	0	0	0	0
Assessoria Contabilidade	23 300	21 876	0	0	0	0	0
Outros	0	32	60	30	60	60	60
<b>Total</b>	<b>336 641</b>	<b>355 214</b>	<b>587 805</b>	<b>437 759</b>	<b>710 689</b>	<b>1 641 869</b>	<b>3 441 476</b>

## 4.4 Evolução dos Recursos Financeiros

A evolução das responsabilidades e compromissos projetados para o triénio 2022-2024 em coerência com o cronograma ajustado para a implementação do SMM, mantém os objetivos enunciados no planeamento proposto pela MM e aprovado no âmbito do PAO para 2021. Em conformidade, também a evolução considerada para as fontes de financiamento obedece a uma linha de continuidade, conforme se apresenta nos Quadros infra, relativos às óticas da Contabilidade Financeira e da Contabilidade Orçamental, respetivamente.

Quadro 8 - Fontes de Financiamento na Ótica da Contabilidade Financeira

	2021*	2022	2023	2024
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	66 493	120 000	120 000	0
Vendas	190 000	600 000	755 807	5 422 082
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	1 038 005	1 239 209	2 891 487	0
Subvenção Orçamento de Estado	2 314 648	8 248 896	42 854 231	6 799 808
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	61 769	2 149 577
Saldo de Gerência	1 223 927	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4 833 073</b>	<b>10 208 105</b>	<b>46 683 294</b>	<b>14 371 467</b>

\* Estimativa, incluindo ponderação de valores executados até à data do último apuramento.

Quadro 9 - Fontes de Financiamento na Ótica da Contabilidade Orçamental

	2021*	2022	2023	2024
IVA	316 017	716 286	8 680 597	1 894 954
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	70 482	127 200	127 200	0
Vendas	201 400	636 000	801 297	5 752 337
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	1 038 005	1 239 209	2 891 487	0
Subvenção Orçamento de Estado	2 314 648	8 248 896	42 854 231	6 799 808
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	61 769	2 149 577
Saldo de Gerência	1 223 927	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5 164 479</b>	<b>10 967 591</b>	<b>55 416 581</b>	<b>16 596 676</b>

\* estimativa, incluindo ponderação de valores executados até à data do último apuramento.

De notar que em 2023, com o projetado arranque da operação do SMM, assiste-se ao início de uma nova fase da MM, em que passa a ter peso, como fonte de financiamento, a receita resultante da venda de bilhetes.

A MM não tem endividamento bancário desde 2014. Para o horizonte do triénio 2022-2024 prossegue-se com esta prática, i.e., não estão previstos quaisquer passivos financeiros bancários.

Os quadros seguintes resumem as origens e as aplicações de fundos orçamentados para o triénio 2022-2024, na ótica da contabilidade financeira e na ótica da contabilidade orçamental, respetivamente.

Quadro 10 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Financeira

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2024
	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	66 493	120 000	120 000	0
Vendas	190 000	600 000	755 807	5 422 082
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	1 038 005	1 239 209	2 891 487	0
Subvenção Orçamento de Estado	2 314 648	8 248 896	42 854 231	6 799 808
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	61 769	2 149 577
Saldo de Gerência	1 223 927	0	0	0
<b>Total</b>	<b>4 833 073</b>	<b>10 208 105</b>	<b>46 683 294</b>	<b>14 371 467</b>

Aplicação de Fundos	2021	2022	2023	2024
	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
<b>Estrutura</b>				
Fornecimento Serviços Externos	179 072	281 684	1 560 697	4 381 852
Pessoal	636 215	901 834	1 827 794	3 627 401
Investimento relacionado com funcionamento	22 600	223 250	184 000	25 000
<b>Investimento</b>				
Comunicação e Marketing	45 000	50 000	50 000	50 000
Serviços Alternativos	1 266 417	1 738 726	1 978 726	455 000
Baixa de Coimbra	1 973 500	1 708 323	30 000	0
Parque de Materiais e Oficinas	356 563	3 059 513	4 738 925	25 000
Bilhética	0	0	1 140 150	0
Material Circulante	60 000	1 353 000	34 393 000	5 039 000
Estudos e Assessorias	293 706	659 751	503 930	105 000
			0	0
IRC (s/ Venda Parcelas)	0	232 025	276 071	663 214
<b>Total</b>	<b>4 833 073</b>	<b>10 208 105</b>	<b>46 683 294</b>	<b>14 371 468</b>

Quadro 11 - Origem e Aplicação de Fundos na Ótica da Contabilidade Orçamental

Origem de Fundos	2021	2022	2023	2024
	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
IVA	316 017	716 286	8 680 597	1 894 954
Programa Apoio Redução Tarifária (PART)	70 482	127 200	127 200	0
Vendas	201 400	636 000	801 297	5 752 337
V. Parcelas (Sobrantes/ Ed. A1 e A2)	1 038 005	1 239 209	2 891 487	0
Subvenção Orçamento de Estado	2 314 648	8 248 896	42 854 231	6 799 808
Compensação p/ Obrigações de Serviço Público	0	0	61 769	2 149 577
Saldo de Gerência	1 223 927	0	0	0
<b>Total</b>	<b>5 164 479</b>	<b>10 967 591</b>	<b>55 416 581</b>	<b>16 596 676</b>

Aplicação de Fundos	2021	2022	2023	2024
	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
<b>Estrutura</b>				
Fornecimentos e Serviços Externos	199 768	323 045	1 896 350	5 372 370
Pessoal	647 370	914 414	1 834 814	3 628 421
<b>Investimento</b>				
Equipamentos Fixos e de Funcionamento	26 590	273 965	225 170	28 450
Serviços Alternativos	55 350	61 500	61 500	61 500
Comunicação e Marketing	1 371 936	1 873 433	2 131 233	484 850
Libertação da Baixa	2 004 099	1 726 070	33 450	0
Empreitada de construção PMO	431 035	3 107 010	4 780 768	30 750
Bilhética	0	0	1 254 000	0
Material Circulante	73 800	1 664 190	42 303 390	6 197 970
Estudos e Assessorias	354 530	791 939	619 834	129 150
		0	0	0
Impostos s/ Parcelas Vendidas	0	232 025	276 071	663 214
<b>Total</b>	<b>5 164 479</b>	<b>10 967 591</b>	<b>55 416 581</b>	<b>16 596 676</b>

Apresenta-se em seguida, no Quadro 12, a repartição dos gastos na lógica analítica interna.

Quadro 12 - Gastos por Centros de Custos<sup>18</sup>

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Execução	Execução	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gestão e Órgãos Sociais	151 564	220 346	231 399	241 404	240 694	240 694
Recursos Humanos e Equiparados	336 641	352 970	434 759	702 889	1 629 869	3 423 476
Funcionamento	94 201	108 761	134 858	181 425	1 455 928	4 277 083
Formação	0	2 244	3 000	7 800	12 000	18 000
Marketing	416	384	11 270	50 000	50 000	50 000
<b>Total</b>	<b>582 823</b>	<b>684 705</b>	<b>815 287</b>	<b>1 183 518</b>	<b>3 388 492</b>	<b>8 009 253</b>

<sup>18</sup> Não incorpora custos de investimento nem amortizações dos mesmos.

No Quadro 12 os gastos são apresentados na lógica analítica interna agrupados pela sua origem de custo. A leitura desta informação deve ter em conta que:

- i. os gastos da gestão e órgãos sociais referem-se ao grupo que integra os Administradores (executivos e não executivo) e o funcionamento da Assembleia Geral (senhas de presença) e demais custos remuneratórios e gastos gerados nas suas deslocações e estadas, representações, comunicações, combustíveis e utilização de viaturas). Na medida em que se admite estabilidade remuneratória, a variação ao longo dos anos explica-se apenas pela necessidade de ajustar o incremento de atividade a um maior volume de custos de deslocação e representação;
- ii. os gastos em Recursos humanos e Equiparados, agregam os gastos do Pessoal (exclui Gestão e órgãos sociais), nomeadamente os custos remuneratórios e os custos de funcionamento que lhes possam estar diretamente associados (e.g., comunicações, deslocações e estadas e combustíveis). O crescimento continuado destes gastos em 2022, 2023 e 2024 assenta fundamentalmente no crescimento da estrutura de pessoal, em particular a estrutura de operação e respetivos custos remuneratórios e custos de funcionamento (comunicações, deslocações e estadas e combustíveis);
- iii. os encargos agregados sob a designação funcionamento representam todos os custos de estrutura da empresa que não estão alocados a um departamento ou colaborador específico sendo, portanto, transversais, tais como a renda do edifício sede, telecomunicações gerais, atualização de software, limpeza, manutenção do edifício sede ou de viaturas de utilização geral, material de escritório, entre outros;
- iv. a formação deve ser analisada de forma distinta, admitindo-se que possa abranger um qualquer recurso da empresa.
- v. no que concerne à rubrica *Marketing*, destaca-se que esta deve ser aqui interpretada com ações de comunicação e marketing/publicidade consideradas custo do exercício no âmbito do Funcionamento.

Importa ainda referir que gastos considerados no âmbito da Gestão e Órgãos Sociais decorrem também do estatuto remuneratório aprovado em Assembleia geral de 24 de julho de 2019. Na MM não existem benefícios pós-emprego. As despesas de funcionamento registam um aumento no triénio, o que deve ser compreendido pela maior dimensão da estrutura.

O orçamento de exploração é apresentado no Quadro 13.

Quadro 13 - Orçamento de Exploração

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Execução	Execução	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Pessoal	433 723	514 966	636 215	901 834	1 827 794	3 627 401
Fornecimento e Serviços Externos	149 100	169 739	179 072	281 684	1 560 697	4 381 852
Investimento relacionado com funcionamento	10 568	84 703	22 600	223 250	184 000	25 000
<b>Total</b>	<b>593 390</b>	<b>769 408</b>	<b>837 887</b>	<b>1 406 768</b>	<b>3 572 492</b>	<b>8 034 253</b>

Para o triénio de 2022-2024, no que se refere à rubrica Equipamento relacionado com funcionamento, está contemplada a despesa associada à disponibilização dos postos de trabalho (hardware/software) decorrentes das novas admissões, a atualização faseada de

equipamentos (hardware/software) existentes (cujos valores se estimam em 49.250 € para 2022, 44.000 € para 2023 e 25.000 € para 2024). Para 2022 ainda são previstos investimentos na remodelação da fase 2 da sede (44.000 €), reabilitação do edifício de Ceira (30.000 €), aquisição de software específico do departamento técnico para controlo e manutenção das infraestruturas de longa duração (60.000 € em 2022 e 50.000 € em 2023) e a aquisição de viatura de todo o terreno conforme autorização expressa no Despacho nº 303/2021-SET, de 6 de abril, emitido pelo Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro (que até esta data não foi possível instruir o respetivo processo de aquisição). Para 2023 está prevista a aquisição de viaturas operacionais para o apoio à operação do SMM (3 viaturas) com um custo global estimado de 90.000 €.

A leitura dos valores inscritos no Orçamento de Exploração permite confirmar a relevância do projetado reforço da estrutura de pessoal que, por sua vez, tem implicações diretas na rubrica dos Fornecimentos e Serviços Externos. Assim, embora em 2022 se assinalasse um crescimento moderado, muito semelhante ao que verificado em 2021, é de modo particular a partir de 2023, com entrada ao serviço do SMM, que as variações têm naturalmente que ser de maior amplitude. Por outro lado, este crescimento estrutural está também devidamente articulado com o investimento em curso, de modo a que a capacidade produtiva instalada possa dar resposta às novas atividades que, até muito recentemente, não existiam, bem como às atividades associadas à operação de transporte que não estavam previstas.

Quadro 14 - Evolução dos Custos com Pessoal, FSE e Volume de Negócios

Descrição	2019	2020	2021	2021	2022	2023	2024	Var 2022/2019		Var 2022/2021	
	Execução	Execução	Orçamento	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
CMVMC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FSE	204 401	169 739	191 521	179 072	281 684	1 560 697	4 381 852	77 283	37,8%	102 612	57,3%
Deslocações e estadas	2 929	5 941	9 000	4 477	8 390	10 680	10 680	5 461	186,5%	3 913	87,4%
Ajudas de custo	0	0	0	0	0	0	0	-	-	-	-
Comunicações	3 190	5 119	9 210	6 791	12 210	14 670	14 670	9 020	282,7%	5 419	79,8%
Pessoal	433 723	514 966	781 201	636 215	901 834	1 827 794	3 627 401	468 112	107,9%	265 620	41,8%
<b>Gastos Operacionais</b>	<b>638 124</b>	<b>684 705</b>	<b>972 722</b>	<b>815 287</b>	<b>1 183 518</b>	<b>3 388 492</b>	<b>8 009 253</b>	<b>545 394</b>	<b>85,5%</b>	<b>368 231</b>	<b>45,2%</b>
Volume de Negócios	-	-	-	-	-	155 807	5 422 082	-	-	-	-
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	61 769	2 149 577	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

A evolução crescente das despesas de funcionamento (cf. Quadro 15 infra) justifica-se pelo incremento de atividade e da estrutura de pessoal.

Identifica-se o particular crescimento com os custos com tecnologias de informação, diretamente ligadas às licenças imprescindíveis do software existente (Primavera, Filedoc, Autocad, Vmware, Rapid Recovery) mas também do crescente número de licenças, decorrente do crescimento da estrutura e de outras necessidades de licenciamento adicionais associadas a novas funções desempenhadas pela empresa (e.g., software de manutenção, de otimização da produção de transporte, de escalamento de pessoal, de escalamento de veículos, etc.).

Quadro 15 - Despesas de Funcionamento

Descrição	2019	2021	2021	2022	2023	2024
	Execução	Orçamento	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Eletricidade	5 569	6 960	6 960	7 800	9 000	9 000
Água	378	540	387	840	1 020	1 020
Ferramentas Utens. desgaste rápido	258	650	580	1 300	1 800	1 800
Livros e doc. técnica	243	500	433	1 500	1 800	1 800
Material de escritório	1 995	2 700	2 455	2 607	3 000	3 000
Rendas e alugueres	37 088	41 556	41 176	42 510	44 403	44 403
Comunicações	2 079	3 616	3 221	3 960	4 680	4 680
Seguros	2 849	3 450	3 397	3 750	4 200	4 200
Conservação e reparação	2 232	5 450	5 450	12 300	13 200	13 200
Limpeza	2 121	6 600	5 735	6 600	7 800	7 800
Contencioso e notariado	630	2 400	1 555	1 600	3 000	3 000
Vigilância e segurança	1 121	1 400	1 400	1 550	1 750	1 750
Auditoria	10 726	12 243	11 743	18 000	18 000	18 000
Informática	13 800	19 200	17 810	33 000	36 000	36 000
Jardinagem	290	0	0	0	0	0
Tecnologias de informação	11 694	17 763	27 113	37 600	43 400	43 400
Publicidade e Marketing	416	12 000	11 270	50 000	50 000	50 000
Outros FSE's	1 127	30 361	5 444	6 508	1 262 875	4 084 030
<b>Total</b>	<b>94 617</b>	<b>167 388</b>	<b>146 128</b>	<b>231 425</b>	<b>1 505 928</b>	<b>4 327 083</b>

No que concerne aos Outros FSE, nomeadamente no valor previsto para 2023 e 2024 no Quadro 15, julga-se adequado discriminar com maior detalhe o seu conteúdo de um modo mais fino, nomeadamente porque se considera relevante ter em conta que estes custos também passarão a incluir os resultantes da operação do sistema. Para este efeito, é apresentado o Quadro 16.

Quadro 16 - Discriminação dos FSE em 2023

Descrição	2023	2024
	Orçamento	Orçamento
<b>Operação</b>		
Energia para veículos	106 519	449 153
Energia para estações e PMO	17 439	73 534
Limpeza de estações, veículos e PMO	74 998	316 240
Vigilância e segurança de passageiros	77 143	325 286
Vigilância e segurança de PMO	44 786	119 428
Bilhética - Abastecimento e recolha de valores	30 086	126 861
Telecomunicações - rede móvel nos veículos	71 238	150 194
<b>Manutenção Material Circulante</b>		
Veículos - manutenção corrente	149 126	628 815
Veículos - substituição de baterias	100 127	422 204
<b>Manutenção de Infraestrutura</b>		
Infraestrutura de via	118 929	250 741
infraestrutura das estações	8 786	37 046
Sistemas técnicos	329 306	658 611
Bilhética	60 425	254 050
Infraestruturas de energia	11 143	46 986
Infraestruturas do PMO	2 534	10 683
Outros	53 993	207 898
<b>Total</b>	<b>1 256 575</b>	<b>4 077 730</b>

No que se refere à frota automóvel, a Metro-Mondego detém três viaturas ligeiras de

passageiros, de 2005, 2009 e 2012. Na sequência do Despacho nº 303/2021-SET<sup>19</sup>, de 6 de abril emitido pelo Exmo. Senhor Secretário de Estado do Tesouro, instruído o processo para aquisição de uma viatura em AOV, rececionado o Despacho nº 1065/2021/SEO20, de 24 de agosto emitido por Exma. Senhora Secretária de Estado do Orçamento que autoriza avançar com o processo, encontra-se em preparação a instrução de processo de contratação pública relativa a uma viatura. Prevê-se que no decorrer do final de exercício de 2021 e durante 2022 sejam realizados os processos de aquisição relativa à 2ª viatura em regime de AOV para a Administração e a aquisição da viatura de todo o terreno para acompanhamento em obra, assim que os processos sejam devidamente formalizados e autorizados.

Igualmente, para o exercício de 2023 está identificada a necessidade de aquisição de mais 3 viaturas de apoio direto ao serviço de operação do SMM. Os encargos com a frota automóvel são resumidos no Quadro 17.

Quadro 17 - Encargos com a frota automóvel

Descrição	2019	2020	2021	2021	2022	2023	2024	Var 2021/2019		Var 2021p/2020	
	Execução	Execução	Orçamento	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento	valor	%	valor	%
AOV - Aluguer operacional de viaturas	2 373	5 450	15 600	10 133	15 600	15 600	15 600	7 760	327,0%	4 683	85,9%
Seguro	1 380	1 361	2 100	2 047	2 250	2 500	2 500	667	48,3%	686	50,4%
Revisões	1 710	1 242	3 000	3 000	3 900	4 200	4 200	1 290	75,5%	1 758	141,5%
IUC	324	325	380	358	358	500	500	34	10,4%	33	10,2%
Portagens	n.d.	2 675	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Combustíveis	3 814	4 482	16 069	12 339	14 809	14 989	14 989	8 524	223,5%	7 857	175,3%
Deslocações e Estadas*	2 929	3 155	9 000	4 477	8 390	10 680	10 680	1 548	52,9%	1 322	41,9%
Estacionamento	n.d.	116	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-	-	-	-
Nº de veículos	3	3	3	4	4	7	7	1	33,3%	1	33,3%

\* inclui despesas com portagens e estacionamento

No Quadro 17, os valores orçamentados com Portagens e com Combustíveis são os que resultam dos encargos definidos no estatuto remuneratório dos membros do Conselho de Administração, conforme deliberação aprovada em Assembleia Geral [AG] de 2019, revistos em sintonia com o definido na AG de 2021. No ano de 2021, estima-se que os encargos a suportar possam ficar ligeiramente abaixo do valor inicialmente inscrito, nomeadamente em consequência das limitações determinadas pela pandemia desencadeada pelo vírus SARS-Cov-2. De notar que os gastos para 2022 encontram-se estimados para uma fase pós pandemia, com o natural desenvolvimento da atividade da empresa em forte expansão de investimento e aumento da sua estrutura.

<sup>19</sup> Refere-se à aprovação concreta de (...) "iii) a aquisição de 3 viaturas para a frota operacional, sendo 2 para substituição de viatura antigas, com 17 e 12 anos, e outra com características que permitam o acompanhamento das obras relacionadas com o SMM".

<sup>20</sup> "Autorizo, para efeitos previstos no n.º7 do RCM n.º 106/2019, a dispensa do cumprimento dos critérios financeiros definidos nos termos do artigo 2.º do Despacho n.º 2293-A/2019, de 7 de março, concretamente no que se reporta ao valor mensal da renda máxima fixada pela Tabela I em anexo ao despacho mencionado e que representa um acréscimo de 5% para a aquisição, em regime AOV, de um veículo a afetar à frota não operacional da Metro Mondego, S.A., da tipologia "Médio-Inferior Elétrico", em conformidade com os fundamentos constantes no parecer emitido pela ESPAP através da Inf. 00084 21 NVEL, de 17.02.2021."

## 4.5 Análise dos Indicadores de Gestão

Para aferir o nível de atividade da MM, nos termos definidos nas Instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão 2022, a MM deu continuidade à construção do Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos operacionais [IOEGG]:

$$IOEGG = \frac{\text{Gastos Operacionais}}{\text{Investimento realizado (rubrica económica 07)}}$$

Este indicador (alternativo) da eficiência operacional foi reconhecido<sup>21</sup> como adequado à análise do peso que os gastos operacionais representam no trabalho desenvolvido na empresa (investimento), em cada ano. É importante assinalar que a MM está numa fase de transição de um cenário de fortíssima contenção de custos para um contexto dominado pela necessidade de realização de elevados níveis de investimento, conduzindo a rácios decrescentes numa primeira fase para depois tender a estabilizar. Esta fase, com o atraso na obtenção de autorizações de investimento e devido ao efeito da Pandemia, vem justificar a prorrogação da utilização deste Indicador Alternativo por mais dois anos (2022 e 2023), dado estes serem ainda anos de forte investimento e ausência de receitas, pelo menos até ao final de 2023, conforme se poderá concluir com base nos dados constantes do Quadro 18.

Quadro 18 – Evolução do Indicador de Otimização da Estrutura de Gastos Operacionais

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Execução	Execução	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Investimento	965 151	1 900 676	4 017 786	8 792 562	43 018 731	5 699 000
IOEGG	60,4%	36,0%	20,3%	13,5%	7,9%	140,5%

É pertinente mencionar que, em função da programação dos investimentos para colocar em operação o SMM, e considerando o cenário em que o crescimento do volume de negócios se mantém sem expressão neste período, até 2023 (inclusive) manter o recurso ao IOEGG como indicador de gestão em 2022 e 2023 justifica-se ajustado. Por esse motivo o peso dos gastos operacionais face ao investimento realizado (IOEGG) mantém a tendência decrescente até 2023 (Cf. Quadro 18). A partir de 2024, estarão finalmente reunidas as condições para concluir o recurso à estimação deste indicador alternativo, prevendo-se o regresso ao habitual indicador com base no rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios.

No que respeita às várias rubricas que compreendem o orçamento para 2022, apresenta-se, sempre que possível, informação relativa a períodos anteriores (execução de 2019, execução de 2020 e previsão de execução em 2021), bem como a previsão para o triénio 2022-2024. Sempre que oportuno, são apresentadas referências ao indicador de eficiência IOEGG.

<sup>21</sup> O recurso ao IOEGG, nos termos aqui definidos, foi aprovado pelo Despacho n.º 1250/19-SET (Cf. Anexo F), a 15 de outubro de 2019. Em conformidade com o n.º2 do art.º 158º do DL n.º 84/2019, de 28 de junho (Lei de Execução Orçamental) a utilização deste indicador deve ser mantida nos exercícios de Planeamento da MM em 2019, 2020 e 2021.

No Quadro 19 sintetiza-se uma análise comparativa tendo por base o IOEGG e a evolução dos gastos em termos percentuais.

Quadro 19 - Evolução Comparada do IOEGG, dos Custos com Pessoal e FSE

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024
	Execução	Execução	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Pessoal	433 723	514 966	636 215	901 834	1 827 794	3 627 401
Fornecimento e Serviços Externos	149 100	169 739	179 072	281 684	1 560 697	4 381 852
<b>Soma [1]</b>	<b>582 823</b>	<b>684 705</b>	<b>815 287</b>	<b>1 183 518</b>	<b>3 388 492</b>	<b>8 009 253</b>
Variação percentual face ao ano anterior						
Δ Pessoal		18,7%	-18,6%	41,8%	102,7%	98,5%
Δ Fornecimento e Serviços Externos		13,8%	-6,5%	57,3%	454,1%	180,8%
<b>Investimento (económica 07) [2]</b>	<b>965 151</b>	<b>1 900 676</b>	<b>4 017 786</b>	<b>8 792 562</b>	<b>43 018 731</b>	<b>5 699 000</b>
IOEGG [1]/[2]	60,4%	36,0%	20,3%	13,5%	7,9%	140,5%

De acordo com os dados apresentados assinala-se a tendência de redução do IOEGG, apesar do aumento (percentual e em valor) nos gastos operacionais. O aumento dos custos é explicado pelo crescimento da empresa, necessário para tornar possível a construção do SMM e sua plena operação, em 2024.

Para concluir, apresentam-se no Anexo C – Demonstrações Financeiras Previsionais, respetivamente, os Balanços Previsionais, as Demonstrações de Resultados Previsionais e as Demonstrações de Fluxos de Caixa Previsionais.

Para uma adequada análise desta informação é particularmente importante ter em conta que a MM até 2023 permanecerá como uma empresa de projeto, focada na construção do SMM. Por este motivo, não tem capacidade de gerar receitas relevantes, em particular receitas que resultem da exploração do sistema e, como tal, inevitavelmente, tenderá a registar valores negativos para os indicadores de Resultados antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização [EBITDA] e de resultados líquidos<sup>22</sup>. Em síntese, apenas a partir de 2024 está previsto que a MM inicie a exploração do sistema começando, então, a gerar receitas resultantes da operação do SMM, oriundas, quer de receitas de transporte, quer da compensação das obrigações de serviço público que venham a ser contratadas com as Autoridades de Transporte na sua área geográfica de atuação.

<sup>22</sup> Quando expurgados eventuais vendas ocasionais de imóveis e terrenos não necessários à atividade do SMM.

Aprovado em Coimbra a 13 setembro de 2021.

### **O Conselho de Administração**

Eng.º João Rui Sousa Simões Fernandes Marrana  
(Presidente)

Professor Doutor Eduardo Jorge Gonçalves Barata  
(Vogal executivo)

Dra. Paula Maria Rodrigues Mariano Pêgo  
(Vogal)



## PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

### Introdução

1. Para os efeitos do artigo 23.º, alínea d) dos Estatutos, apresentamos o nosso parecer sobre os instrumentos de gestão previsional para o exercício de 2022 da empresa **Metro Mondego, S.A.** consistindo, nos Plano de atividades e orçamentos de investimento, financeiro e de exploração e Balanço previsional (que evidencia um total de ativo líquido de 60 817 milhares de euros, um total de capital próprio positivo de 47 249 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 913 milhares de euros).

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do conselho de administração a preparação e a apresentação da informação previsional, a qual inclui a identificação e divulgação dos pressupostos mais significativos que lhe serviram de base.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a consistência e adequação dos pressupostos e estimativas contidas nos instrumentos de gestão previsional acima referidos, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

### Âmbito

4. O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efetuado com base nas Normas Técnicas e Diretrizes do Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu:

- a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever
  - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
  - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e consistência da sua aplicação;
  - a adequação da apresentação da informação previsional.
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

5. Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

#### Parecer

6. Em nossa opinião, com base no trabalho efetuado sobre evidência que suporta os pressupostos da informação financeira previsional do plano de atividades e orçamento para 2022, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de um nível de segurança moderado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que tais pressupostos não proporcionem uma base aceitável para aquela informação e que tal informação não tenha sido preparada e apresentada de forma consistente com as políticas e princípios contabilísticos, normalmente adotados pela entidade.

7. Devemos, contudo, advertir que frequentemente as acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

#### Ênfase

8 — Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para:

- a) Os investimentos inscritos no PAO 2022, e enquadrados no plano plurianual já se encontram na sua maioria aprovados (RCM nº 35/2021 e Portarias nºs 141 e 142/2020 dos SEOF e SEI,) no entanto, sujeitos ao enquadramento num modelo de financiamento assegurado pelo Portugal 2020;
- b) Os constrangimentos decorrentes do cumprimento do modelo de financiamento previsto designadamente, utilização do saldo de gerência, valor de realização da venda das parcelas sobranes e financiamento assente nas subvenções do Orçamento de Estado.

Entroncamento, 13 de setembro de 2021

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, S.R.O.C. ,Lda

representada por



José de Jesus Gonçalves Mendes (ROC nº 833)

## Anexo B – Declaração de Conformidade (Anexo XI da DGO)



### Anexo XI

#### Declaração de conformidade do Projeto de Orçamento

Programa: 014 - PLANEAMENTO E INFRAESTRUTURAS  
Ministério: 13 - Ministério do Planeamento e Infraestruturas  
Designação Serviço: METRO MONDEGO, SA  
Código Serviço: 5904

Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta do orçamento aprovada pela Tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo. Mais declaro que o Mapa OE - 12/Mapa OP - 01 foi submetido devidamente no SOE acompanhado dos seguintes documentos:

- Memória Justificativa da proposta do orçamento do Serviço
- Mapa de pessoal do serviço ou organismo aprovado pela Tutela
- Atualização do Sistema Central de Encargos Plurianuais (SCEP)
- Demonstrações financeiras previsionais \*
- Parecer do órgão de fiscalização \*\*
- Documento comprovativo do NIPC/NIF \*\*\*
- Anexos Relativos a Despesas com o Pessoal (Anexos II, IIA)
- Identificação de iniciativas de eficiência e controlo orçamental (Anexo X)
- Declara-se que as demonstrações financeiras previsionais se encontram em conformidade com as orientações do acionista. \*\*\*\*
- Declara-se que esta entidade, no que se refere a investimentos estruturantes, conforme se estabelece no ponto 33 e 36 (selecionar alternativa):
  - A - Não desenvolve investimentos que se integram nos investimentos estruturantes
  - B - Desenvolve investimentos que se integram nos investimentos estruturantes e procedeu à sua inscrição ao nível do «projeto»
- Declara-se que estão vertidas no Projeto de Orçamento todas as receitas e despesas enquadradas no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, se aplicável.

O responsável máximo do serviço  
[Assinatura Qualificada] João Assinado de forma digital por [Assinatura Qualificada] João Rui de Sousa Simões Fernandes Maranta Data: 2023.06.17 10:00:16 -0700  
Rui de Sousa Simões Fernandes Maranta  
(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

\* Não aplicável aos Serviços Integrados.

\*\* Não aplicável aos Serviços Integrados e EPR abrangidas pelo regime simplificado.

\*\*\* Aplicável às entidades que passaram a integrar o perímetro das Administrações Públicas em 2022 e às entidades cujo NIPC/NIF tenha sofrido alteração em 2021.

\*\*\*\* Aplicável às EPR.

## Quadro C1 – Balanço Previsional 2022

Metro Mondego  
Balanço Previsional 2022

RUBRICAS	Notas	31/03/2022	30/06/2022	30/09/2022	31/12/2022
<b>ACTIVO</b>					
<u>Activo não corrente</u>					
Activos fixos tangíveis		48 855 061,32	50 429 803,81	51 957 190,03	53 527 210,58
Propriedades de Investimento		192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29
Activos intangíveis		15 999,58	12 112,99	8 226,40	4 339,81
Diferimentos		561,26	561,26	561,26	561,26
Outros activos financeiros		1 933,21	2 558,93	3 028,22	3 653,94
sub-total		49 066 071,66	50 637 553,28	52 161 522,20	53 728 281,88
<u>Activo corrente</u>					
Inventários		2 606 989,80	3 019 589,07	3 432 188,34	3 844 787,63
Clientes		0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		309 612,65	488 489,76	317 688,53	495 370,53
Outras contas a receber		212,00	212,00	212,00	212,00
Diferimentos		8 920,08	8 920,08	8 920,08	8 920,08
Caixa e depósitos		3 783 386,66	3 410 639,10	3 665 750,98	2 739 280,82
sub-total		6 709 121,19	6 927 850,01	7 424 759,93	7 088 571,06
Total do Activo		<b>55 775 192,85</b>	<b>57 565 403,29</b>	<b>59 586 282,13</b>	<b>60 816 852,94</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>					
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>					
Património/Capital		1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00
Reservas		9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04
Resultados transitados		-153 620,25	-153 620,25	-153 620,25	-153 620,25
Outras Variações no Património Líquido		41 397 343,61	42 733 628,99	44 069 914,37	45 406 199,75
Resultado líquido do período		296 198,75	594 194,68	890 834,32	912 603,61
Total do capital próprio		<b>42 624 576,15</b>	<b>44 258 857,46</b>	<b>45 891 782,48</b>	<b>47 249 837,15</b>
<b>PASSIVO</b>					
<u>Passivo não corrente</u>					
Outras contas a pagar		12 018 551,04	12 406 504,86	12 794 458,68	13 182 412,50
sub-total		12 018 551,04	12 406 504,86	12 794 458,68	13 182 412,50
<u>Passivo corrente</u>					
Fornecedores		152 741,29	152 741,29	152 741,29	14 552,01
Estado e outros entes públicos		268 326,39	36 301,70	36 301,70	312 372,98
Fornecedores de Investimento		662 749,74	662 749,74	662 749,74	9 430,06
Outras contas a pagar		48 248,24	48 248,24	48 248,24	48 248,24
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total		1 132 065,66	900 040,97	900 040,97	384 603,29
Total do passivo		<b>13 150 616,70</b>	<b>13 306 545,83</b>	<b>13 694 499,65</b>	<b>13 567 015,79</b>
Total do capital próprio e do passivo		<b>55 775 192,85</b>	<b>57 565 403,29</b>	<b>59 586 282,13</b>	<b>60 816 852,94</b>

## Quadro C2 – Demonstração de Resultados Previsional 2022

### Metro Mondego

#### Demonstração Previsional dos Resultados por Natureza 2022

RUBRICAS	Notas	31/03/2022	30/06/2022	30/09/2022	31/12/2022
Vendas		0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00
Variações nos Inventários de produção		412 599,27	825 198,54	1 237 797,81	1 650 397,10
Trabalhos para a própria entidade		272 974,24	576 273,59	832 216,67	1 130 794,18
Fornecimentos e serviços externos		490 439,08	971 839,57	1 451 068,58	1 927 222,61
Gastos com o pessoal		207 059,61	453 363,95	653 339,79	899 644,13
Outros rendimentos e ganhos		337 984,80	675 969,60	1 013 954,40	1 351 939,20
Outros gastos e perdas		1 678,21	1 678,21	4 178,21	4 858,21
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		324 381,41	650 560,00	975 382,30	1 301 405,53
Gastos/reversões de depreciação e amortização		28 182,66	56 365,32	84 547,98	112 730,64
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		296 198,75	594 194,68	890 834,32	1 188 674,89
Juros e rendimentos similares obtidos					
Juros e gastos similares suportados					
Resultado antes de imposto		296 198,75	594 194,68	890 834,32	1 188 674,89
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	-276 071,28
Resultado líquido do período		296 198,75	594 194,68	890 834,32	912 603,61

## Quadro C3 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional 2022

Metro Mondego  
Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa 2022

Rubricas	Notas	31/01/2022	28/02/2022	31/03/2022	30/04/2022	31/05/2022	30/06/2022	31/07/2022	31/08/2022	30/09/2022	31/10/2022	30/11/2022	31/12/2022
<b>Fluxos de Caixa de atividades operacionais</b>													
Recebimentos de Clientes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimentos de Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimento de Utentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento a fornecedores		-50 439,55	-209 583,72	-368 760,10	-527 402,68	-690 200,03	-865 420,01	-1 028 051,09	-1 196 920,42	-1 359 305,50	-1 523 992,83	-1 683 483,41	-1 987 713,04
Pagamentos ao Pessoal		-80 591,50	-144 087,80	-207 584,10	-272 355,40	-335 851,70	-454 514,16	-518 010,46	-591 812,59	-655 308,89	-720 080,19	-838 742,65	-902 238,95
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		-131 031,05	-353 671,52	-576 344,20	-799 758,08	-1 026 051,73	-1 319 934,17	-1 546 061,55	-1 788 733,01	-2 014 614,39	-2 244 073,02	-2 522 226,06	-2 889 951,99
Outros recebimentos/pagamentos		250 000,00	250 000,00	247 976,79	247 976,79	15 952,10	15 952,10	15 952,10	365 952,10	362 877,10	362 627,10	362 627,10	362 197,10
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		118 968,95	-103 671,52	-328 367,41	-551 781,29	-1 010 099,63	-1 303 982,07	-1 530 109,45	-1 422 780,91	-1 651 737,29	-1 881 445,92	-2 159 598,96	-2 527 754,89
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>													
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>													
Ativos fixos tangíveis		0,00	-653 319,68	-1 306 639,36	-1 959 959,04	-2 613 278,72	-3 266 598,40	-3 919 918,08	-4 573 237,76	-5 226 557,44	-5 879 877,12	-6 533 196,80	-7 839 836,14
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>													
Ativos fixos tangíveis		166 867,38	333 734,76	500 602,14	667 469,52	834 336,90	1 001 204,28	1 168 071,66	1 334 939,04	1 501 806,42	1 668 673,80	1 835 541,18	2 002 408,56
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídio ao investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital		687 408,00	1 374 816,00	2 062 224,00	2 749 632,00	3 437 040,00	4 124 448,00	4 811 856,00	5 499 264,00	6 186 672,00	6 874 080,00	7 561 488,00	8 248 896,00
Juros e rendimentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		854 275,38	1 055 231,08	1 256 186,78	1 457 142,48	1 658 098,18	1 859 053,88	2 060 009,58	2 260 965,28	2 461 920,98	2 662 876,68	2 863 832,38	2 411 468,42
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>													
<b>Recebimentos provenientes de:</b>													
Financiamento obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>													
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)</b>		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Variação de Caixa e seus equivalentes (a+b+c)		973 244,33	951 559,56	927 819,37	905 361,19	647 998,55	555 071,81	529 900,13	838 184,37	810 183,69	781 430,76	704 233,42	-116 286,47
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 855 567,29	3 828 811,62	3 807 126,85	3 783 386,66	3 760 928,48	3 503 565,84	3 410 639,10	3 385 467,42	3 693 751,66	3 665 750,98	3 636 998,05	3 559 800,71
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 828 811,62	3 807 126,85	3 783 386,66	3 760 928,48	3 503 565,84	3 410 639,10	3 385 467,42	3 693 751,66	3 665 750,98	3 636 998,05	3 559 800,71	2 739 280,82

## Quadro C4 – Balanço Previsional 2023-2024

Metro Mondego  
Balanço Previsional 2023/2024

RUBRICAS	Notas	31/03/2023	30/06/2023	30/09/2023	31/12/2023	31/03/2024	30/06/2024	30/09/2024	31/12/2024
<b>ACTIVO</b>									
<u>Activo não corrente</u>									
Activos fixos tangíveis		63 886 429,92	74 228 602,96	84 943 598,75	99 804 947,57	101 620 733,26	103 003 770,60	104 388 691,20	105 773 611,92
Propriedades de Investimento		192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29	192 516,29
Activos intangíveis		453,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferimentos		561,26	561,26	561,26	561,26	561,26	561,26	561,26	561,26
Outros activos financeiros		5 314,35	7 528,23	9 188,64	11 402,52	15 580,47	21 151,07	25 329,02	30 899,62
sub-total		<b>64 085 275,04</b>	<b>74 429 208,74</b>	<b>85 145 864,94</b>	<b>100 009 427,64</b>	<b>101 829 391,28</b>	<b>103 217 999,22</b>	<b>104 607 097,77</b>	<b>105 997 589,09</b>
<u>Activo corrente</u>									
Inventários		3 844 787,63	3 844 787,63	3 844 787,63	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		2 098 626,37	3 198 745,01	5 417 471,22	3 134 933,47	3 693 472,84	1 248 875,01	1 057 279,83	1 611 618,25
Outras contas a receber		212,00	212,00	212,00	212,00	212,00	212,00	212,00	212,00
Diferimentos		8 920,08	8 920,08	8 920,08	8 920,08	8 920,08	8 920,08	8 920,08	8 920,08
Caixa e depósitos		5 713 796,57	4 650 043,63	2 320 218,94	99 717,87	142 606,66	1 967 247,15	2 540 434,27	1 623 032,96
sub-total		<b>11 666 342,65</b>	<b>11 702 708,35</b>	<b>11 591 609,87</b>	<b>3 243 783,42</b>	<b>3 845 211,58</b>	<b>3 225 254,24</b>	<b>3 606 846,18</b>	<b>3 243 783,29</b>
Total do Activo		<b>75 751 617,69</b>	<b>86 131 917,09</b>	<b>96 737 474,81</b>	<b>103 253 211,06</b>	<b>105 674 602,86</b>	<b>106 443 253,46</b>	<b>108 213 943,95</b>	<b>109 241 372,38</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>									
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>									
Património/Capital		1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00	1 075 000,00
Reservas		9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04	9 654,04
Resultados transitados		758 983,36	758 983,36	758 983,36	758 983,36	3 008 311,31	3 008 311,31	3 008 311,31	3 008 311,31
Outras Variações no Património Líquido		53 115 182,96	60 826 827,02	68 538 822,32	76 251 112,12	77 536 247,56	78 821 383,07	80 107 978,10	81 394 573,16
Resultado líquido do período		703 577,56	1 409 439,76	2 064 035,79	2 249 327,95	185 430,02	-40 944,29	69 623,57	2 369,37
Total do capital próprio		<b>55 662 397,92</b>	<b>64 079 904,18</b>	<b>72 446 495,51</b>	<b>80 344 077,47</b>	<b>81 814 642,93</b>	<b>82 873 404,13</b>	<b>84 270 567,02</b>	<b>85 489 907,88</b>
<b>PASSIVO</b>									
<u>Passivo não corrente</u>									
Outras contas a pagar		15 420 504,42	17 659 368,84	19 898 335,23	22 137 387,12	22 510 490,97	22 883 594,83	23 257 122,43	23 630 650,04
sub-total		<b>15 420 504,42</b>	<b>17 659 368,84</b>	<b>19 898 335,23</b>	<b>22 137 387,12</b>	<b>22 510 490,97</b>	<b>22 883 594,83</b>	<b>23 257 122,43</b>	<b>23 630 650,04</b>
<u>Passivo corrente</u>									
Fornecedores		14 552,01	14 552,01	14 552,01	14 552,01	14 552,01	14 552,01	14 552,01	14 552,01
Estado e outros entes públicos		312 372,98	36 301,70	36 301,70	699 516,16	699 516,16	36 301,70	36 301,70	48 584,15
Fornecedores de Investimento		4 293 542,12	4 293 542,12	4 293 542,12	9 430,06	587 152,55	587 152,55	587 152,55	9 430,06
Outras contas a pagar		48 248,24	48 248,24	48 248,24	48 248,24	48 248,24	48 248,24	48 248,24	48 248,24
Diferimentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total		<b>4 668 715,35</b>	<b>4 392 644,07</b>	<b>4 392 644,07</b>	<b>771 746,47</b>	<b>1 349 468,96</b>	<b>686 254,50</b>	<b>686 254,50</b>	<b>120 814,46</b>
Total do passivo		<b>20 089 219,77</b>	<b>22 052 012,91</b>	<b>24 290 979,30</b>	<b>22 909 133,59</b>	<b>23 859 959,93</b>	<b>23 569 849,33</b>	<b>23 943 376,93</b>	<b>23 751 464,50</b>
Total do capital próprio e do passivo		<b>75 751 617,69</b>	<b>86 131 917,09</b>	<b>96 737 474,81</b>	<b>103 253 211,06</b>	<b>105 674 602,86</b>	<b>106 443 253,46</b>	<b>108 213 943,95</b>	<b>109 241 372,38</b>

## Quadro C5 – Demonstração de Resultados Previsional 2023-2024

Metro Mondego

Demonstração Previsional dos Resultados por Natureza 2023/2024

RUBRICAS	Notas	31/03/2023	30/06/2023	30/09/2023	31/12/2023	31/03/2024	30/06/2024	30/09/2024	31/12/2024
Vendas		0,00	0,00	0,00	155 806,95	1 355 520,51	2 711 041,02	4 066 561,53	5 422 082,04
Transferências Correntes e Subsídios à Exploração Obtidos		0,00	0,00	0,00	61 769,47	370 616,79	852 418,62	1 500 998,01	2 149 577,40
Variações nos Inventários de produção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		547 037,62	1 077 028,94	1 979 843,01	3 184 222,44	432 748,43	432 748,43	432 748,43	432 748,43
Fornecimentos e serviços externos		87 342,99	157 085,98	737 134,05	1 556 197,16	1 106 775,42	2 195 950,84	3 292 801,26	4 377 351,68
Gastos com o pessoal		477 988,70	954 746,48	1 343 288,11	1 820 045,89	865 680,29	1 839 701,52	2 633 883,14	3 607 904,37
Outros rendimentos e ganhos		766 387,62	1 529 341,89	2 291 842,95	3 054 344,01	41 712,72	83 425,36	123 254,74	163 084,08
Outros gastos e perdas		1 000,00	1 500,00	4 000,00	4 500,00	1 000,00	1 500,00	4 000,00	4 500,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		747 093,55	1 493 038,37	2 187 263,80	3 075 399,82	227 142,74	42 481,07	192 878,31	177 735,90
Gastos/reversões de depreciação e amortização		43 515,99	83 598,61	123 228,01	162 857,41	41 712,72	83 425,36	123 254,74	163 084,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		703 577,56	1 409 439,76	2 064 035,79	2 912 542,41	185 430,02	-40 944,29	69 623,57	14 651,82
Juros e rendimentos similares obtidos									
Juros e gastos similares suportados									
Resultado antes de imposto		703 577,56	1 409 439,76	2 064 035,79	2 912 542,41	185 430,02	-40 944,29	69 623,57	14 651,82
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00	0,00	-663 214,46	0,00	0,00	0,00	-12 282,45
Resultado líquido do período		703 577,56	1 409 439,76	2 064 035,79	2 249 327,95	185 430,02	-40 944,29	69 623,57	2 369,37

## Quadro C6 – Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional 2023-2024

Metro Mondego

Demonstração Previsional dos Fluxos de Caixa 2022

Rubricas	Notas	31/03/2023	30/06/2023	30/09/2023	31/12/2023	31/03/2024	30/06/2024	30/09/2024	31/12/2024
<b>Fluxos de Caixa de atividades operacionais</b>									
Recebimentos de Clientes		0,00	0,00	0,00	155 806,95	1 355 520,51	2 711 041,02	4 066 561,53	5 422 082,04
Recebimentos de Contribuintes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recebimento de Utentes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pagamento a fornecedores		-103 690,20	-186 698,40	-897 381,85	-1 902 053,80	-1 356 842,10	-2 693 002,20	-4 038 602,55	-5 369 073,90
Pagamentos ao Pessoal		-479 704,31	-958 675,97	-1 349 540,41	-1 828 512,07	-869 913,44	-1 849 505,27	-2 648 527,24	-3 628 119,07
<b>Caixa gerada pelas operações</b>									
Outros recebimentos/pagamentos		-583 394,51	-1 145 374,37	-2 246 922,26	-3 574 758,92	-871 235,03	-1 831 466,45	-2 620 568,26	-3 575 110,93
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)</b>		<b>499 000,00</b>	<b>1 222 428,72</b>	<b>1 219 353,72</b>	<b>5 835 623,19</b>	<b>369 616,79</b>	<b>3 187 704,16</b>	<b>4 583 208,55</b>	<b>5 231 287,94</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de investimento</b>									
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>									
Ativos fixos tangíveis		-8 568 224,12	-21 420 560,30	-34 272 896,48	-51 409 344,74	-1 155 444,98	-2 888 612,45	-4 621 779,92	-6 932 669,96
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>									
Ativos fixos tangíveis		913 671,63	1 827 343,26	2 741 014,89	3 654 686,52	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídio ao investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital		10 713 462,75	21 426 925,50	32 140 388,25	42 854 231,00	1 699 952,01	3 399 904,02	5 099 856,03	6 799 808,04
Juros e rendimentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)</b>		<b>3 058 910,26</b>	<b>1 833 708,46</b>	<b>608 506,66</b>	<b>-4 900 427,22</b>	<b>544 507,03</b>	<b>511 291,57</b>	<b>478 076,11</b>	<b>-132 861,92</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>									
<b>Recebimentos provenientes de:</b>									
Financiamento obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Doações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>									
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reduções de capital e outros instrumentos de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa de atividades de financiamento (c)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Variação de Caixa e seus equivalentes (a+b+c)		2 974 515,75	1 910 762,81	-419 061,88	-2 639 562,95	42 888,79	1 867 529,28	2 440 716,40	1 523 315,09
Caixa e seus equivalentes no início do período		5 769 626,44	4 322 301,05	3 190 962,06	5 134 649,45	273 515,66	-712 066,94	1 834 484,82	2 238 967,58
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5 713 796,57	4 650 043,63	2 320 218,94	99 717,87	142 606,66	1 967 247,15	2 540 434,27	1 623 032,96

## Anexo D – Linhas de Investimento

INVESTIMENTO	2022	2023	2024
<b>Funcionamento</b>	<b>223 250</b>	<b>184 000</b>	<b>25 000</b>
Hardware/Software	109 250	94 000	25 000
Viaturas Operacionais	40 000	90 000	0
Remodelação Edifícios	74 000	0	0
<b>Comunicação e Marketing</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>	<b>50 000</b>
Site e app	0	10 000	10 000
Imagem		25 000	15 000
Multimedia	50 000	15 000	25 000
<b>Serviços Alternativos</b>	<b>1 738 726</b>	<b>1 978 726</b>	<b>455 000</b>
Operação Serpins - Portagem (CP)	0	0	0
Operação Serpins - Portagem após 1/9/21	1 560 000	1 560 000	0
Operação Portagem - Coimbra B		220 000	440 000
Serviço CP	163 726	163 726	0
Manutenção	10 000	30 000	10 000
Outros	5 000	5 000	5 000
<b>Baixa de Coimbra</b>	<b>57 926</b>	<b>30 000</b>	<b>0</b>
IMI	15 000	15 000	0
Libertação canal da Baixa	15 000	15 000	0
Assistência Técnica	11 721	0	0
Revisão proj. A1 e A2	11 205	0	0
Postos de Transformação e Abastecimento	5 000	0	0
<b>Empreitada A1 e A2</b>	<b>1 650 397</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Empreitada	1 461 267	0	0
Revisão Preços	154 894	0	0
Fiscalização	34 236	0	0
<b>Parque de Material e Oficinas</b>	<b>3 059 513</b>	<b>4 738 925</b>	<b>25 000</b>
Estudo e Assessorias	56 513	31 925	25 000
Expropriações	575 000	0	0
Empreitada PMO	2 278 000	4 557 000	0
Revisão Preços	0	0	0
Fiscalização	150 000	150 000	0
<b>Bilhética</b>	<b>0</b>	<b>1 140 150</b>	<b>0</b>
Projeto e Fornecimento	0	1 140 150	0
<b>Material Circulante</b>	<b>1 353 000</b>	<b>34 393 000</b>	<b>5 039 000</b>
Assessoria Técnica/Jurídica	0	0	0
Fornecimento Veículos (35 Unid)	420 000	34 093 000	654 000
Fornecimento Veículos op. (5 Unid)	0	0	4 385 000
Fornecimento de Postos de Transformação	633 000	300 000	0
Alimentação de Média Tensão dos PTs	300 000	0	0
<b>Estudos e Assessorias</b>	<b>659 751</b>	<b>503 930</b>	<b>105 000</b>
Veículos, Gestão e Operação	120 000	110 000	15 000
Segurança e Licenciamento do Sistema	180 000	180 000	90 000
Bilhética e Tarifário	53 410	71 290	0
SAE e Telemática	115 021	20 000	0
Energia	1 320	2 640	0
Sinalética (estações)	15 000	30 000	0
Consultoria jurídica especializada	60 000	30 000	0
Processos expropriativos (PMO)	25 000	10 000	0
Outros	90 000	50 000	0
<b>Total</b>	<b>8 792 562</b>	<b>43 018 731</b>	<b>5 699 000</b>

Anexo E – Mapa de Pessoal Aprovado pelo Senhor S. E. das Infraestruturas

Modelo A

Estrutura de mapa de pessoal (exemplo) - Artigo 5.º LVCR

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica/centros de competência ou de produto/área de actividades	Cargos/carreiras/categorias											Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS (a); (b)		
		Director-Geral (1)	Subdirector-Geral (1)	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Especialista de informática	Técnico de informática	Coordenador técnico	Assistente técnico	Encarregado geral operacional	Encarregado operacional				Assistente operacional	
Presidente CA	-	1													1	AG 24/11/2019	
Vogal CA	-		2												2	AG 24/11/2019	
		<b>Subtotal</b>												<b>3</b>			
Coordenador Dep.	Departamento Administrativo e Financeiro			1											Economia	1	C. Ind. Trabalho
Contabilista						2									Contabilidade	2	C. Ind. Trabalho
Secretariado						1				1					Letras/secretariado	2	C. Ind. Trabalho
Recursos Humanos						1									Psicologia	1	C. Ind. Trabalho
Informática															Informática	0	C. Ind. Trabalho
		<b>Subtotal</b>												<b>6</b>			
Coordenador Dep.	Departamento Técnico			2												2	C. Ind. Trabalho
Engenheiros						7									engenharia	7	C. Ind. Trabalho
Secretariado										1						1	C. Ind. Trabalho
		<b>Subtotal</b>												<b>10</b>			
Coordenador Dep.	Departamento Comunicação e Marketing															0	
Competência 6						1									Economia	1	C. Ind. Trabalho
Competência 7						1									Jornalismo	1	C. Ind. Trabalho
		<b>Subtotal</b>												<b>2</b>			
Coordenador Dep.	Departamento Jurídico															0	C. Ind. Trabalho
Competência 8						1										1	
Competência 9																0	
		<b>Subtotal</b>												<b>1</b>			
	<b>Totais gerais</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			<b>22</b>	

Total 22

(1) identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial

Jorge Delgado  
Assinado de forma digital por Jorge Delgado  
Dados: 2021.08.12 12:41:04 +01'00'

Anexo F – Autorização para utilização do IOEGG como indicador de eficiência operacional



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
DO TESOURO

À Dca. Cláudia Rodrigues e  
à Eng.ª Liliana Andrade.

24/10/2019

JPM

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o  
Secretário de Estado das Infraestruturas  
Dra. Isabel Pires Marques  
Av. Barbosa du Bocage, 5 - 2.º  
1049-039 Lisboa

Isabel Pires Marques  
Chefe do Gabinete do Secretário  
das Infraestruturas

Despacho o envio à S.A. para reconhecimento.

Concordo.  
24/10/2019  
JPM

24/10/2019

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		N.º: 4815/2019 ENT.: 4983 de 11-10-2019 PROC. N.º: 24.421/2019	16-10-2019

ASSUNTO: Plano de Atividades e Orçamento para 2019 (SIREF, 2019-09-17)  
Metro do Mondego, S.A.

Encarrega-me Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro de remeter a V. Exa., cópia do ofício n.º 450/UTAM/2019, bem como cópia do Relatório de Análise n.º 306/2019, de 11 de outubro, da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, sobre o assunto mencionado em epígrafe, após ter exarado o seguinte despacho:

**DESPACHO N.º 1250/19 - SET**

"Concordo.

Autorizo as exceções, nos termos propostos no ponto B. do presente Relatório, quanto:

- i) À alteração do indicador de eficiência operacional;
- ii) Ao aumento dos gastos com pessoal e;
- iii) Ao aumento com deslocações estadas e ajudas de custo e os associados à frota automóvel.

Autorizo a realização do investimento, em 2019, até ao limite de 1,4M€.

Remeta-se a S. Exa o SEInfra.

Dê-se conhecimento à DGTF.

Álvaro Novo  
15.10.2019"

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete,

Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas
Entrada N.º 6050/2019
Processo N.º 114/2019
Data: 24/10/2019

Ana Brandão

AV

## Anexo **G** – Encargos Económicos e Financeiros imputáveis à gestão do surto pandémico provocado pelo vírus SARS-Cov-2

A 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a existência de uma pandemia global de casos de infeção pelo coronavírus SARS-CoV-2. Esta situação de emergência de saúde pública acelerou a adoção de inúmeras medidas, com o intuito de mitigar a propagação da doença, as quais levaram à suspensão de diversas atividades e a uma acentuada perturbação da atividade económica em geral, com forte impacto na circulação de pessoas, seja a nível profissional seja em lazer. Portugal e a MM não foram exceção a este contexto restritivo que se viveu de forma intensa durante o ano de 2020, e que se prolongou durante o ano de 2021. As restrições adotadas para ajudar ao controlo da doença, na sua grande maioria plasmadas em documentos oficiais da Assembleia da República, do Governo e da Direção Geral de Saúde, estão associadas a perdas económicas diretas e indiretas para a MM, com implicações já apuradas nos exercícios de 2020 e 2021.

A nível interno, das medidas implementadas pela MM para fazer face à situação de crise e dar cumprimentos às recomendações das entidades oficiais, destacam-se: a elaboração do plano de contingência COVID-19 da MM; a realização de ações de formação relativas a procedimentos de segurança; a adaptação das instalações ao novo contexto de pandemia; a adoção de práticas de teletrabalho e de trabalho em espelho; a implementação de um plano de testes rápidos, realizados de forma regular por todos os trabalhadores e pelos membros do Conselho de Administração, bem como pelos motoristas dos autocarros afetos aos Serviços Rodoviários Alternativos; e a aquisição de equipamentos de proteção individual e de material de desinfeção. No que concerne ao seu impacto financeiro, estas medidas podem ser agrupadas em duas rubricas principais (com discriminação dos montantes envolvidos), tal como se apresenta no Quadro G1. i.e., Equipamentos de proteção individual e material de desinfeção, e Testes rápidos à COVID-19.

Quadro G1 – Encargos diretos da MM decorrentes da situação de Crise Pandémica

Descrição	2020	2021
	Execução	Execução até set 2021
Equipamentos de proteção individual e material de desinfeção	4 476,35 €	345,97 €
Testes rápidos à COVID-19		2 320,00 €
<b>Total</b>	<b>4 476,35 €</b>	<b>2 665,97 €</b>

Acresce que, durante este período, com fundamentos de defesa da saúde pública e continuidade na prestação de um serviço essencial, a MM manteve a mesma oferta nos serviços Rodoviários Alternativos ao Ramal da Lousã. Consequentemente, o custo com a operação destes Serviços Alternativos, assim como os custos com o serviço prestado pela CP, não registaram alterações em relação ao estimado. Contudo, do

lado da procura importa assinalar a emergência daqueles que se assumem como os mais significativos efeitos financeiros da pandemia na atividade normal MM, com as receitas de tráfego a decaírem em 2020 e 2021. O Quadro G2 infra apresenta a dimensão desta quebra, assim como a estimativa da MM para os anos de 2022 e 2023, onde já se prevê a recuperação da procura, ainda que parcial.

#### Quadro G2 – Perdas indiretas decorrentes da situação de Crise Pandémica

Descrição	2019	2020	2021	2022	2023
	Execução	Execução	Previsão de Execução	Orçamento	Orçamento
Receitas PART	65 081	89 196	95 000	120 000	120 000
Receitas de bilheteira	718 120	417 698	456 389	600 000	600 000
<i>Incluídas na fatura da CP</i>	718 120	417 698	266 389		
<i>Recebidas diretamente pela MM</i>			190 000	600 000	600 000
<b>Total receitas</b>	<b>783 201</b>	<b>506 894</b>	<b>551 389</b>	<b>720 000</b>	<b>720 000</b>

Notas:

- 1) A partir de 1 de setembro de 2021 as receitas de tráfego passaram a entrar autonomamente na MM. Até esta data estavam diluídas na fatura da CP juntamente com os custos da operação rodoviária e o custo dos serviços prestados pela CP.
- 2) O PART iniciou-se a 1 de junho de 2019, pelo que o valor da sua receita nesse ano foi mais reduzido.

Conforme se pode concluir pela leitura do Quadro G2, assinalam-se perdas de receita significativas em 2020 (-276 307 €) e 2021 (-231 812 €) quando comparadas com as receitas apuradas em 2019, sendo que esta quebra das receitas está diretamente associada a um aumento, no mesmo montante, dos encargos da MM com os Serviços Alternativos, pelo que estes montantes devem ser interpretados como perdas indiretas da MM decorrentes da situação de crise pandémica.

Para 2022 estima-se uma recuperação significativa da procura e da correspondente receita de tráfego, embora a previsão da MM aponte para que o seu valor ainda não atinja os valores observados no período pré-pandemia, nomeadamente devido à recuperação mais lenta da envolvente socioeconómica.

## Anexo H – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito das novas admissões

Em complemento à informação apresentada em 4.3 (Evolução dos Recursos Humanos), designadamente a que consta do Quadro 5 (Evolução marginal dos encargos anuais com as novas admissões), e na medida em que o que aí se evidencia corresponde ao custo estimado que as novas admissões deverão implicar num exercício completo, apresenta-se neste Anexo H o Quadro H1 com reporte do custo estimado para estas mesmas admissões, ponderando agora a circunstância que tais admissões estão previstas ocorrer num determinado ponto intermédio do exercício em que estão a ser consideradas.

### Quadro H1 – Estimativa de Encargos com pessoal – Efeito das novas admissões

Descrição	2019	2020	2021	2021	2022	2023	2024
	Execução	Execução	Orçamento	P. Execução	Orçamento	Orçamento	Orçamento
Gastos totais com contratações		8 917	129 537	63 644	124 429	702 769	686 115
(b) Gastos com cargos de direção		0	0		0	0	
(c) Remuneração do pessoal		6 808	124 738	59 094	118 250	604 662	666 187
(i) vencimento base + s. férias + s. natal		6 608	121 737	55 868	96 802	497 781	535 784
(ii) outros subsídios		200	3 001	3 226	21 448	106 881	130 404
(e) Restantes encargos		2 110	4 799	4 551	6 179	98 107	19 927
Nº Cargos Direção s/ OS		0	0	0	0	0	0
Nº de Trabalhadores sem OS e sem Cargos Direção		2	4	4	5	75	40



### DESPACHO N.º 303 / 2021 - SET

Aprovo o Relatório de Análise n.º 74/2021 da UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial, referente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2021 - 2023 da sociedade Metro do Mondego, SA (Mdm), pelo que, com base na fundamentação e justificações apresentadas no mesmo, designadamente, dado tratar-se de uma EPR, quanto à conformidade da proposta de PAO com o orçamento da MDM aprovado no âmbito do OE 2021, autorizo;

- i) A contratação de 4 trabalhadores, tendo sido considerada demonstrada, para além da existência de cobertura orçamental, que o atraso nas admissões comprometeria o cumprimento do cronograma de implementação do SMM;
- ii) O aumento dos gastos com pessoal em 267 mil €, fixando-se o limite para 2021 em 781,2 mil €, ou seja, abaixo do que se encontra orçamentado;
- iii) A aquisição de 3 viaturas para a frota operacional, sendo 2 para substituição de viaturas antigas, com 16 e 12 anos, e outra com características que permitam o acompanhamento das obras relacionadas como SMM;
- iv) O aumento dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel no valor global de 16,8 mil €.

Nestas condições, e com a reserva de limitação da despesa global ao valor que se encontra orçamentado, considero que o PAO 2021 - 2023 da Mdm, SA poderá ser aprovado.

À consideração do Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas.

Conhecimento à DGTF e à UTAM.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOURO

**Miguel Jorge** Dados:  
**de Campos** 2021.04.06  
**Cruz** 10:08:04 +01'00'

MIGUEL CRUZ